

**Mulheres,
Trabalho
e Justiça
Socioambiental**

Mulheres, Trabalho e Justiça Sociambiental

ORGANIZADORAS

Rivane Arantes

Vera Guedes



edições
sos corpo

RECIFE 2010

REALIZAÇÃO **SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia**
ORGANIZADORAS **Rivane Arantes e Vera Guedes**
REVISÃO **Fabiano Gonçalves**
CAPA **Ghustavo Távora**
EDITORAÇÃO **Olívia Morim**
SECRETARIA
DE PRODUÇÃO **Fátima Ferreira**
APOIO **União Européia, EED e Oxfam Novib**
TIRAGEM **1000 exemplares**

M954

Mulheres, trabalho e justiça socioambiental/ Rivane Arantes e Vera Guedes (Orgs.). – Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

99 p.

1. Movimento de Mulheres – lutas socioambientais
2. Proteção ambiental - Brasil 3. Justiça socioambiental 4. Feminismo I. Arantes, Rivane II. Guedes, Vera

CDU 396

EDIÇÃO **SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia**
Rua Real da Torre, 593, Madalena, Recife – PE
Tel.: 81 3087.2086/ Fax: 81 3445.1905
E-mail: sos@soscorpo.org.br
www.soscorpo.org.br

S U M Á R I O

APRESENTAÇÃO **Rivane Arantes**

PARTE I ACRESCENTANDO UM PONTO... REFLEXÕES A PARTIR DAS MULHERES

13 A luta por justiça socioambiental na agenda feminista:
visibilizando alternativas e fortalecendo resistências

Juliana Malerba

25 “Mulher e Natureza”: dos sentidos da dominação
no capitalismo e no sistema patriarcal

Maria Betânia Ávila

PARTE II PENSANDO A PARTIR DO VIVIDO... MULHERES EM RESISTÊNCIA

41 A problemática da água no mundo:
desafios para a luta feminista

Elizabeth Ferreira Cruz

51 A luta contra a transposição do rio São Francisco:
o que a mídia não conta

Regina Lúcia Feitosa Dias

61 Mulheres e justiça socioambiental:
uma reflexão a partir do trabalho

Carmen Silva

77 Movimento de Mulheres e lutas socioambientais:
experiências e desafios para o feminismo

Rivane Arantes

99 Sobre o SOS CORPO



APRESENTAÇÃO

Rivane Arantes

Como parte do esforço feminista de afirmar a existência de várias ordens de desigualdades que marcam a vida de nós mulheres, o SOS CORPO, ao longo dos anos, vem apoiando os movimentos de mulheres rurais e se inserindo no debate da agricultura familiar, tendo se debruçado sobre o trabalho das mulheres rurais, para evidenciá-lo na sua perspectiva produtiva e reprodutiva.

Neste esforço, concluímos que a narrativa de exploração e de desvalor do trabalho feminino são estruturantes do capitalismo, do patriarcado e do racismo. Isso nos desafiou a mais, e o SOS CORPO encontrou o movimento agroecológico. Nesse contexto, ambos se deram a tarefa dos ‘encontros possíveis’, refletindo, na busca de alternativas, sobre outros modos de vida e outras relações de produção que, por sua vez, impliquem novas relações entre homens e mulheres, e entre esses/essas e a natureza, passando também a participar do grupo de trabalho de mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia – GT Mulheres da ANA. Entretanto, percebemos que também na agroecologia se mantêm as desigualdades entre homens e mulheres...

Diante da força dos projetos de desenvolvimento e das políticas econômicas, que põe em prática um modelo de desenvolvimento explorador e mercantilizador de tudo e de todos/as, e que impacta de maneira quase irremediável na vida das mulheres e na própria natureza, seguimos problematizando a realidade e apontando as injustiças socioambientais que se colocam como instrumentos de violação dos direitos humanos das mulheres, num contexto de crise energética, de abastecimento de água, e climática.

O fracasso da 15ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, realizada em 2009 em Copenhagem, e as consequências desse modelo em nossas vidas cotidianas, nos lembram a necessidade de encontrarmos portas de saída entre nós mesmas, e isso nos exige mais diálogo e novos aprendizados... Aceitamos o desafio e, em parceria com a Articulação de Mulheres Brasileiras, realizamos um seminário latinoamericano intitulado “Mulheres, Trabalho e Justiça Socioambiental”.

O seminário ocorreu no Recife, entre os dias 21 a 23 de outubro de 2009 e era nosso objetivo consolidar a noção de justiça socioambiental no movimento feminista; articular a discussão sobre questões urbanas e rurais em torno do trabalho e meio ambiente; e contribuir para impulsionar as lutas feministas na AMB sobre justiça socioambiental e a ação do Forum de Mulheres de Pernambuco - FMPE sobre questões ambientais no meio urbano e rural.

O conjunto de artigos que tornamos público nesta edição, portanto, é parte deste processo de imersão do SOS CORPO no universo das tensões, questões, desafios e possibilidades que a invocação da justiça socioambiental aponta à leitura da vida das mulheres e à transformação de suas condições. Por outro lado, também é resultado de um esforço coletivo de ONGs parceiras, articulações feministas, redes ambientalistas, e de muitas mulheres que neste país, a partir de diferentes identidades e de diversos modos, estão em seus territórios de existência, lutando pela manutenção de seus modos próprios de ser e viver, pela transformação de

seu trabalho, e pelo reconhecimento de seu lugar como sujeitos políticos.

A todas essas mulheres educadoras, lideranças, assessoras, ativistas, nossos agradecimentos pela partilha de suas experiências de opressão e resistência e pelos aprendizados coletivos.

Assim, na primeira parte da publicação queremos *Acrescentar um ponto... reflexões a partir das mulheres*, compartilhando exposições realizadas durante o seminário que giraram em torno da justiça socioambiental na intersecção com a agenda feminista e anti-racista, na relação entre mulher e natureza, e frente a problemática da transposição do Rio São Francisco. Na segunda parte nos propomos a *Pensar a partir do vivido... mulheres em resistência*, onde compartilhamos sistematizações do seminário construídas a partir da experiência de opressão e de resistência das mulheres em movimento.

Desse modo, esta publicação nos alerta - numa ambiência de acumulação transnacional não há justiça socioambiental enquanto as mulheres, nas suas singularidades de marisqueiras, pescadoras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, raspadeiras de mandioca, catadoras de material reciclável, agricultoras, dentre tantas outras, não forem enxergadas como as que mais sofrem desproporcionalmente os impactos negativos do modelo de desenvolvimento predador em vigência. De igual modo, não há como se pensar em justiça socioambiental enquanto o racismo ambiental condenar à pobreza, à doença, à exploração e à criminalização as mulheres negras.

É nosso desejo contribuir com a reflexão em torno da justiça socioambiental, desafiando o alargamento de sua concepção, ao problematizar os impactos das injustiças sobre a vida das mulheres e ao visibilizar as ações que há muito elas vêm empreendendo para afirmar seus direitos e de suas comunidades, de forma a não ser mais possível se pensar o tema justiça socioambiental sem as mulheres e de se pensar as mulheres como subtema da justiça socioambiental.

Boa leitura!



Parte I

Acrescentando um ponto...
reflexões a partir das mulheres



A luta por justiça socioambiental na agenda feminista: visibilizando alternativas e fortalecendo resistências

JULIANA MALERBA

Integrante da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA).
Atua como técnica em educação não formal na Fase – Federação de Órgãos
para Assistência Social e Educacional e integra a Secretaria Nacional da RBJA.

Para nós, é muito importante poder partilhar a experiência da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) e, sobretudo, construir alianças com o movimento feminista. No último Encontro Nacional da RBJA, identificamos a importância de incorporar em nossa agenda a luta feminista, convencidos de que a superação das desigualdades ambientais depende do enfrentamento a toda forma de discriminação. Afirmamos que a luta socioambiental tem de ser também uma luta contra o racismo e o machismo.

É certo que, na RBJA, temos acumulado mais nesse debate a partir da crítica ao racismo. Em 2005, foi criado, na Rede, um Grupo de Trabalho de Combate ao Racismo Ambiental. Os membros que o integram têm buscado dar visibilidade à relação entre racismo e desigualdades ambientais, e desenvolvido ações que buscam fortalecer as lutas contra o racismo e a injustiça ambiental no Brasil, lideradas, sobretudo, por populações tradicionais e grupos vulnerabilizados pelo preconceito e a discriminação.

Temos ainda como desafio incorporar, de maneira mais orgânica, à nossa agenda, a crítica feminista e a experiência das mulheres nas lutas por justiça ambiental. Por isso, para nós, é muito importante poder fortalecer essa articulação.

1. DEGRADAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E A LÓGICA POLÍTICA DAS DESIGUALDADES: O DISCURSO HEGEMÔNICO SOBRE A CRISE AMBIENTAL

Começo fazendo uma reflexão sobre a maneira como o pensamento dominante e o discurso hegemônico tratam a questão ambiental. As manchetes dos jornais nos apresentam constantes alertas sobre as consequências do efeito estufa, a situação da poluição das águas e do ar, a ameaça nuclear. Assim como a mídia, também os discursos dos governos e das empresas difundem a ideia de que a crise ambiental é global, generalizada e que todos estamos igualmente sujeitos aos seus efeitos nocivos.

O que essa visão tende a não considerar é a presença de uma lógica política que orienta a distribuição desigual dos impactos ambientais e o acesso aos recursos naturais. Seguramente, cada luta que as mulheres vão trazer ao longo desses dias de debate demonstrarão que as determinantes da desigualdade social, de gênero, de raça e de etnia também definem, em termos de incidência e intensidade, a maneira como os impactos ambientais são distribuídos.

Não é difícil constatar, a partir da própria experiência de luta dos movimentos sociais, que são os grupos vulnerabilizados e de menor renda os que vivem em áreas de risco, próximos a indústrias poluentes e que, em geral, são os primeiros que se vêem privados do acesso aos recursos de que dependem para viver graças à instalação de grandes projetos de exploração mineral, de geração de energia, de plantio de monocultivos etc.

Outro aspecto do pensamento dominante é a tendência a considerar o meio ambiente como um todo indiferenciado, como se o ambiente fosse algo uno – composto de mares, rios, florestas, animais etc., quando, na

verdade, os sentidos dados aos recursos que compõem o meio ambiente são diversos, pois são culturais e históricos. O que significa dizer que, por exemplo, a biodiversidade que é cultivada pelas agricultoras e agricultores tem um valor simbólico muito diferente da biodiversidade valorizada pelas empresas farmacêuticas. O mesmo vale para os rios, que têm sentidos distintos para povos indígenas e empresas geradoras de hidroelectricidade.

Ao considerar o ambiente como um todo indiferenciado, as ações de combate à degradação ambiental presentes no discurso hegemônico de empresas e governos tendem a propor soluções tecnológicas capazes de “economizar” os recursos ambientais por meio de tecnologias limpas e formas mais eficientes de seu manejo. Essa abordagem reduz os problemas ambientais à sua escassez, sem questionar as razões que determinam a exploração intensiva desses recursos.

Se o mundo e a natureza são finitos, quais são os fins que damos à apropriação que fazemos deles? Há sustentabilidade em uma demanda crescente por energia quando os níveis de consumo residenciais têm permanecido mais ou menos estáveis e os grandes consumidores são indústrias eletrointensivas – como as siderurgias, indústrias de alumínio e de celulose –, cuja produção é direcionada prioritariamente ao mercado externo, a geração de empregos é relativamente baixa¹ e os impactos ambientais são severos (BERMANN, 2003)?

Considerando a desigualdade de poder na definição sobre o uso dado aos recursos, as formas distintas de sua apropriação tendem a ser invisibilizadas no momento de implementação de um projeto. As comunidades que vivem hoje à beira do rio Xingu (PA) utilizam essas águas para se banhar, pescar, irrigar seus plantios e como sua principal via de transporte para se deslocar aos centros urbanos, visitar parentes em comunidades vizinhas e escoar sua produção.

Com a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, planejada pelo governo, as comunidades situadas à jusante da barragem terão os sentidos e usos dados a seu rio inviabilizados, porque sua vazão irá diminuir drasticamente, conforme apontam os estudos dos pesquisadores

¹ Dados do Movimento de Atingidos por Barragem (MAB) mostram que, com a utilização da mesma quantidade de energia, a indústria de alimentos gera 70 empregos contra apenas dois gerados pelas indústrias de metais.

independentes que analisaram o EIA/Rima da usina (MAGALHÃES e HERNANDEZ, 2009).

Esse exemplo nos mostra que também a forma como são avaliados os critérios que orientam a escolha sobre a implementação de um projeto são atravessadas pelas determinantes de classe, gênero e raça que definem as relações desiguais de poder na sociedade.

Ao serem desconsiderados esses diferentes olhares e sentidos dados a natureza pelas comunidades locais, também são ignoradas e invisibilizadas as alternativas sustentáveis de gestão dos recursos que são feitas por esses grupos e que poderiam representar, inclusive, respostas reais à crise ambiental constantemente expressa pela mídia e tão presente no discurso hegemônico.

Na década de 1980, o movimento negro norte-americano entrou para o debate ambiental, denunciando que os depósitos de lixo tóxico ou de indústrias com efluentes poluentes concentravam-se nas áreas habitadas pela população negra. Ao relatar que estavam sendo vítimas de um *racismo ambiental*, esse movimento dava visibilidade à articulação existente entre degradação ambiental e injustiça social, e ao fato de que não é possível separar os problemas ambientais da forma como se distribui o poder sobre os recursos naturais.

Ao fazer essa denúncia, o movimento negro politizou o debate ambiental norte-americano justamente porque deu visibilidade à lógica política que determina a distribuição dos impactos ambientais, apontando o papel que o racismo cumpre nesse processo. Foi esse movimento que deu origem ao conceito de *justiça socioambiental* que hoje orienta as ações de uma série de organizações e movimentos sociais que, no Brasil, articulam-se em torno da Rede Brasileira de Justiça Ambiental.

2. JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL COMO CONCEITO CONTRA-HEGEMÔNICO

Esse conceito estabelece que todos os grupos sociais, independentemente de sua origem, renda, classe social, sexo, raça ou etnia, devem participar

integralmente do processo de decisão sobre o acesso e uso dado aos recursos naturais, de forma a garantir proteção equânime em relação aos potenciais danos ambientais e à saúde que as atividades propostas para serem implementadas em seus territórios possam causar².

Trata-se de um conceito político, porque compreende os recursos naturais como bens coletivos, cujos modos de apropriação e gestão devem ser objeto de debate público e controle social, e reafirma os direitos das populações do campo e da cidade a uma proteção equânime contra a discriminação socioterritorial e a desigualdade ambiental.

A experiência da RBJA tem nos mostrado que sua utilização pelos movimentos organizados no processo de luta política contribui para mudar a correlação de forças em uma situação de conflito. Isso porque, ao evidenciar um aspecto que é recorrentemente ignorado pelo discurso hegemônico que se refere à desigualdade de poder presente nos processos decisórios, os grupos que estão à frente da luta são fortalecidos e reconhecidos como sujeitos de direitos.

Considerando que as lutas para construção de outra sociedade se travam também no campo discursivo e que os critérios de legitimação do pensamento hegemônico estão sempre sujeitos à luta social, os processos que desnaturalizam e evidenciam a desigualdade têm o potencial de desconstruir a legitimidade em que se fundamenta o modelo corrente de desenvolvimento, possibilitando, portanto, um debate, mas amplo sobre os valores que orientam a definição sobre uso, controle e regulação dos recursos.

A sustentabilidade é uma construção social e, assim, é objeto de disputa política. Sob a ótica da justiça ambiental, a sustentabilidade só pode ser garantida por meio da participação efetiva de todos os grupos sociais nos processos decisórios sobre o uso e acesso aos recursos naturais. Esse princípio aponta uma estreita relação entre sustentabilidade e direitos, e estabelece que a superação das desigualdades é condição para garantia de sustentabilidade. Por isso, um ecologismo engajado tem de ser um ecologismo que se comprometa com o combate a todas as formas de discriminação, que incorpore as lutas antirracista,

² Declaração de princípios da Rede Brasileira de Justiça Ambiental: www.justicaambiental.org.br.

antissexista e a contra o patriarcado. Por isso, a importância de estreitarmos alianças com o movimento feminista e a reivindicação das mulheres.

As lutas sociais envolvendo o meio ambiente, especialmente aquelas que reivindicam justiça socioambiental, podem ser muito importantes para a mudança na distribuição de poder na sociedade, porque reivindicam o reconhecimento e a valorização das diferentes formas de viver, de se organizar, de produzir e de se relacionar.

Por meio dessas disputas, temos a chance de mudar a distribuição de poder e de rever o próprio modelo de desenvolvimento, questionando o que devemos produzir, como, para quem e para quê, e, assim, garantir que outros valores – que estão na base da reivindicação por direitos empreendida nos territórios pelas quebradeiras de coco, agricultores/as familiares, populações quilombolas e indígenas, assim como das lutas por direitos nas cidades – orientem as escolhas políticas sobre o desenvolvimento do país.

3. FEMINISMO, TRABALHO E SUSTENTABILIDADE DA VIDA HUMANA: INTERFACES ENTRE FEMINISMO E JUSTIÇA AMBIENTAL

Gostaria ainda de explorar as possibilidades de sinergia entre as lutas por justiça socioambiental e a plataforma feminista a partir da crítica que a economia feminista tem feito à exploração do trabalho das mulheres.

Essas análises têm revelado que a construção da opressão e da desigualdade entre homens e mulheres possui uma base material que se expressa na *divisão sexual do trabalho*. A ordem capitalista e patriarcal na qual vivemos separa e hierarquiza a produção e a reprodução, destinando aos homens a esfera produtiva, na qual estão as funções de forte valor social, e, às mulheres, a esfera reprodutiva, na qual são realizados os trabalhos domésticos e de cuidado.

Essa divisão desempenha um papel central na manutenção das desigualdades nas relações sociais entre os sexos, ao mesmo tempo em que legitima socialmente a desvalorização do trabalho remunerado das

mulheres, mantendo invisível a contribuição do trabalho doméstico e não remunerado delas para a produção de riqueza.

Em sua crítica, as feministas têm mostrado que a produção capitalista se apresenta de forma autônoma ao processo de cuidado da vida humana. Ainda que sejam absolutamente necessárias as atividades que incluem o cuidado e a manutenção da vida (que englobam a alimentação, a proteção à saúde, a manutenção dos lares, atividades que mantêm as pessoas saudáveis e lhes dão segurança afetiva e emocional) para a própria reprodução do sistema capitalista, uma vez que, sem elas, seria impossível a própria força de trabalho seguir se reproduzindo, tais atividades não adquirem o reconhecimento social e político que lhes correspondem (CARRASCO, 2003).

Fazer com que elas adquiram para o conjunto da sociedade a centralidade que deveriam ter tem sido uma reivindicação importante do movimento feminista, que penso guardar forte relação com o debate sobre sustentabilidade.

Nessa crítica, as feministas, além de questionarem a forma como o pensamento hegemônico considera a ordem econômica, afirmam a necessidade de que sejam valorizadas e visibilizadas as atividades de cuidado como condição para a construção de uma mudança de paradigma que possibilite a superação das desigualdades de gênero.

Não se trata, portanto, de incluí-las em uma economia mercantil, monetarizando as atividades de cuidado como se fosse possível quantificar e dar preço a uma série de tarefas que envolvem relações afetivas. Trata-se de colocar como objetivo central da sociedade e atividade principal de homens e mulheres a vida humana e sua manutenção.

Ao afirmar que a sustentabilidade da vida humana deve organizar toda a sociedade, o feminismo reivindica que o mundo deve estar estruturado a partir de outra perspectiva, na qual as atividades de cuidado e manutenção (e, por consequência, da própria natureza que a mantém) estejam no centro da vivência em sociedade, que as políticas públicas estejam orientadas por essa preocupação e que a esfera mercantil esteja a serviço da garantia de bem-estar e sustentabilidade.

Essa reivindicação feminista tem um ponto de intersecção muito forte com o debate por justiça ambiental porque estabelece que novos valores – a equidade e a sustentabilidade – estejam no centro das discussões sobre acesso e definição do uso dos recursos naturais. Além disso, também apresenta uma crítica contundente ao sistema capitalista, que explora a natureza e o trabalho das mulheres, por considerá-los meios para obtenção de benefícios no lugar de dar-lhes a importância que realmente têm para a manutenção da vida.

4. ESTRATÉGIAS PARA APORTAR O DEBATE SOBRE SUSTENTABILIDADE A PARTIR DO FEMINISMO E DA EXPERIÊNCIA DAS MULHERES

4.1. Construir a análise sobre a crise ambiental e climática a partir da vida das mulheres

A centralidade que o tema relacionado às mudanças climáticas tem assumido na agenda dos governos e no debate junto à sociedade nos desafia a construir a partir dele nossa crítica. As soluções propostas para alterar o quadro de aquecimento global seguem sendo pautadas pela lógica econômica e tendem a aprofundar o mesmo modelo de desenvolvimento.

A criação de um mercado de carbono, a ampliação dos investimentos em hidroeletricidade e agrocombustíveis, o plantio extensivo de eucalipto e a retomada de investimentos em energia nuclear são apresentados como alternativas para diminuir a emissão de gases de efeito estufa e reverter o processo de mudanças climáticas, e poderão ser capazes de alterar a matriz energética global sem alterar a lógica política que orienta a distribuição desigual dos danos ambientais sobre grupos que, historicamente, têm sido marginalizados.

Se, por um lado, a questão das mudanças climáticas evidencia a insustentabilidade do atual modelo, ampliando a possibilidade de fazermos avançar a nossa crítica, por outro, nos desafia a questionar as soluções que

estão sendo propostas. Além de demonstrar os efeitos diferenciados das mudanças climáticas sobre as mulheres e a realidade de injustiça climática que fará com que os grupos vulnerabilizados sofram, de maneira mais intensa, o efeito das catástrofes e dessas alterações, é muito importante também discutirmos suas causas e questionar o padrão de consumo e a forma como está organizada a produção.

Questionar a forma como está estruturada a produção de alimentos e de energia, como está pensado o sistema de transporte e os serviços, relacionando-os com as demandas das mulheres, pode ser uma estratégia importante para analisarmos em que medida o sistema está organizado para emitir mais carbono e seguir reproduzindo a desigualdade entre homens e mulheres.

Refiro-me, por exemplo, ao alto consumo de energia que se mantém por meio do sistema de transporte rodoviário, da produção de alimento realizada distante dos centros de consumo, do modelo de mobilidade urbana ainda muito dependente do transporte individual. E do quanto esse sistema que depende altamente do consumo de energia fóssil (combustíveis e agroquímicos) não está estruturado para garantir o bem-estar das pessoas, a sustentabilidade da vida e facilitar as tarefas de reprodução tão centrais para nossa sobrevivência, obrigando as mulheres, por exemplo, a desenvolver estratégias para conciliar o tempo entre o trabalho doméstico e o remunerado, em função das tarefas de manter a casa arrumada, levar e buscar os filhos na creche/escola e realizar o trabalho remunerado, em cidades onde as distâncias podem ser muito largas e o trânsito, muito lento.

4.2. Discutir os padrões de consumo que mantém a lógica da mercantilização da vida

O movimento feminista tem feito uma importante discussão sobre a mercantilização da vida e suas consequências para as mulheres, apontando de que maneira o avanço da industrialização no campo coloca em risco a produção para autoconsumo realizada, em geral, pelas mulheres nos quintais, como o patenteamento das sementes se apropria dos conhecimentos

tradicionais dessas e como as relações de mercado se inscrevem nos nossos corpos por meio da indústria da beleza. Esses processos se mantêm construindo necessidades de consumo que ampliam a produção de bens em larga escala, demandando cada vez mais recursos naturais e energia.

Além de denunciar o sobreconsumo de algumas parcelas da população, pois é certo que os níveis de consumo em nossas sociedades são muito desiguais, precisamos questionar o processo de criação constante de necessidades e discutir como se constrói a subjetividade em uma sociedade em que a mercantilização e a exploração têm, cada vez mais, atravessado todas as esferas da vida. A cultura consumista afeta diretamente a vida das mulheres, porque mercantiliza nossos corpos, padroniza nossos desejos e contribui para manter o modelo de exploração intensiva dos recursos naturais.

4.3 Visibilizar alternativas e fortalecer as resistências

A geopolítica mundial em torno dos recursos de energia, água, minério e produtos agrícolas é acompanhada por ações no território. O avanço da fronteira de exploração de tais recursos é seguida pela implementação de redes de infraestrutura, alterações nas formas de ocupação e uso do espaço, e reconversão de atividades tradicionais.

A experiência da extração mineral ou o avanço dos monocultivos de soja, eucalipto e cana no Brasil tem apresentado uma série de impactos socioambientais já bastante denunciados e que envolvem a expulsão de agricultores familiares, desmatamento ilegal, exploração intensa de mão de obra e destruição de estratégias de sobrevivência e atividades produtivas tradicionais.

Essa realidade faz com que tenhamos que discutir e, mais uma vez, dar visibilidade à forma de como os grandes projetos estão chegando aos territórios. Exemplos a partir do processo da implementação das fazendas de camarão no Nordeste, dos plantios extensivos de eucalipto no Espírito Santo, da implementação das usinas hidrelétricas no rio Madeira e do licenciamento da usina hidrelétrica de Belo Monte ou da instalação de uma

planta siderúrgica na baía de Sepetiba, no Rio de Janeiro, mostram que os projetos, geralmente, chegam de maneira totalmente exógena e distante da lógica que preside as demandas e os interesses dos grupos locais.

Se analisarmos o histórico de muitos desses empreendimentos, veremos que, para os grupos locais, eles, muitas vezes, surgem de forma repentina, quando o relatório de impacto ambiental já está pronto e o pedido de licenciamento já está em processo de análise no órgão ambiental. Além disso, uma série de aspectos relacionados às estratégias socioproductivas locais, às práticas culturais, aos impactos socioambientais são constantemente negligenciados, como demonstram diversos estudos críticos que vêm sendo desenvolvidos pelas organizações e movimentos que estão à frente da resistência a esses projetos³.

No espaço da RBJA, temos insistido que os processos de definição sobre os projetos de desenvolvimento a serem implementados nos territórios têm de ser feitos de maneira realmente participativa e que considere o diferencial de poder e a diversidade sociocultural nas formas de apropriação do meio ambiente.

Esse debate, assim como o processo de resistência aos grandes projetos, tem de ser fortalecido, porque o embate político possibilita que os outros projetos sejam visibilizados e disputem as políticas públicas e o sentido dos projetos de desenvolvimento que são pensados para os territórios de forma exógena aos desejos e expectativas dos grupos locais.

Com isso, quero reafirmar que a construção de alternativas está relacionada às lutas de resistência e críticas ao modelo de desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que é preciso realizar a resistência investindo em um debate sobre as alternativas, é fundamental para que essas novas experiências ganhem força, que se amplie a crítica ao modelo e que suas contradições sejam permanentemente apontadas em debate com a sociedade.

³ Confere o relatório organizado por Sonia Magalhães e Francisco del Moral, de análise crítica ao Estudo de Impacto Ambiental de Belo Monte e o relatório síntese dos estudos de caso sobre os processos de licenciamento das UHE Belo Monte (PA), Murta e Irapé (MG), Madeira (RO), da carcinicultura (BA) e dos plantios de eucalipto (ES/BA), elaborados para o Projeto Avaliação de Equidade Ambiental como instrumento de democratização dos procedimentos de avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento, realizado pela Fase e sistematizado por Cecília Mello, ainda no prelo.

Diferente do modelo de sociedade que o capitalismo reproduz cotidianamente, que tem resultado em uma intensa exploração do meio ambiente e sido responsável pelo êxodo no campo e a diminuição na qualidade de vida nas cidades, decorrente do aumento do trânsito, da poluição, da alteração na qualidade dos alimentos etc., há muitas alternativas sendo propostas e construídas nos territórios.

As experiências agroecológicas, de economia solidária, de produção descentralizada de energia, a valorização dos meios públicos de transporte e a agricultura urbana, as forma de gestão coletiva dos territórios pelas populações tradicionais que reivindicam, são alguns exemplos.

Temos ainda como desafio mapear e sistematizar mais essas alternativas e dar visibilidade a elas, assim como fortalecê-las por meio de nossa ação política de resistência e disputa de modelo.

REFERÊNCIAS

BERMANN, Célio. **Energia no Brasil: para quê e para quem? Crise e alternativa para um país sustentável**. FASE: 2003.

CARRASCO, Cristina. *Para otra economía: una vision desde la economia feminista*. In: FARIA, Nalu. **Construir la igualdad. Debates feministas en el Foro Social Mundial**, 2003, pp. 29-43.

MAGALHÃES, Sonia Maria e HERNANDEZ, Francisco del Moral. **Análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental do aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte**. 2009 (mimeo).



“Mulher e Natureza”: dos sentidos da dominação no capitalismo e no sistema patriarcal

MARIA BETÂNIA ÁVILA

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE,
pesquisadora e coordenadora geral do SOS CORPO
Instituto Feminista para a Democracia.

Compartilhando das contribuições da Juliana Malerbo¹, da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, que fez uma análise crítica bastante densa, dando uma ideia mais geral das questões que envolvem a injustiça socioambiental, bem como da companheira Laureana Cunurana², que faz parte do povo Quéchuá, da Bolívia, e que colocou uma experiência concreta de luta em um determinado território, resta-me levantar algumas questões em torno do tema.

¹ Juliana Malerbo é integrante da Secretaria Nacional da Rede Brasileira de Justiça Ambiental – RBJA e foi expositora do Seminário Mulheres, Trabalho e Justiça Socioambiental realizado pelo SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, em parceria com a AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras entre 21 e 23 de outubro de 2009 no Recife – PE

² Laureana Canurana é indígena do povo Quéchuá, representante do Consejo de Ayllus y Markas de Conchabamba, Bolívia e foi expositora do Seminário Mulheres, Trabalho e Justiça Socioambiental.

1. A NATUREZA NA LÓGICA DO SISTEMA CAPITALISTA E PATRIARCAL, E A CONSTRUÇÃO DAS HIERARQUIAS HUMANAS

Os sistemas capitalista e patriarcal não são exatamente dois sistemas separados, eles coexistem. Quando falamos de capitalismo e patriarcado, estamos fazendo uma separação para fins analíticos, no sentido de esclarecer que há um sistema de poder que se estrutura a partir do capital e do poder masculino. Mas, na verdade, as coisas não funcionam separadas. Não há aqui o poder do capitalismo e em outro lugar o poder do patriarcado; eles estão imbricados, são coextensivos.

Em relação à natureza, uma concepção fundante desses dois sistemas de poder é a da natureza como algo a ser dominado. É do princípio da própria formação capitalista a proposição de dominar a natureza, e do princípio também patriarcal a dominação da natureza. E essa é uma dimensão que está imbricada, e que, justamente, é parte da coextensividade entre capitalismo e patriarcado.

Na proposição de dominação da natureza está embutida a de dominação das mulheres, pois, do ponto de vista patriarcal, as mulheres são uma dimensão da natureza, e o sistema capitalista teve nessa dimensão ideológica uma base fundamental para construir a divisão sexual do trabalho.

Ser parte da natureza diz respeito a todos os seres humanos; o problema com a associação entre mulher e natureza é que isso significa, na ideologia patriarcal/capitalista, que, como parte da natureza, as mulheres devem ser dominadas e domesticadas. Inclusive, usa-se o próprio conceito de domesticação da natureza assim como se usa o conceito de domesticação das mulheres nos textos dos “pais” fundadores da visão de mundo que sustentou ideologicamente a formação desse sistema.

Se analisarmos os textos mais antigos de filósofos, juristas e mentores ideológico-filosóficos do Iluminismo, encontramos muitas definições claramente desse tipo. *Sofia, disse Rousseau, deveria ser como mulher o que em perfeição é Emílio como homem, e, para chegar a isto, é necessário examinar o caráter que a natureza deu a seu sexo.* Esta citação é retirada

do livro de Mary Wollstonecraft (1977), cujo original foi escrito em 1792, em que ela inicia a desconstrução das teorias iluminadoras da nova cidadania, que definem que as mulheres são diferentes e desiguais dos homens. Menores por natureza, pois não alcançam a maior idade que só a razão oferece, devem as mulheres estar submetidas aos homens e restritas aos espaços privados. De uma maneira simplificada, é esse o núcleo do pensamento de muitos filósofos e teóricos que estavam empenhados na definição de uma nova ordem para relações sociais.

A perspectiva de dominação da natureza persiste historicamente. Ela está presente em tudo que vemos em textos e imagens sobre o super-homem, o homem poderoso, que é aquele que enfrenta e domina a natureza. Inclusive toda mitologia ocidental está construída assim: o herói é aquele que vem e domina a natureza, domina populações em geral e escolhe a mulher que quer. Toda a construção do ideário patriarcal sobre o homem está sustentada nisso: no homem forte e dominador.

Se assistimos hoje, por exemplo, na televisão, a uma propaganda de um carro esporte ou um para viagens no campo, observamos que o ressaltado é a potência, o poder do motor de tantas cilindradas, os pneus superfortes, e esses elementos juntos formam, na mensagem, uma força sem limites, sob o controle de um homem na direção. O sentido embutido na mensagem é que eles – o homem e o carro – podem dominar tudo por onde passarem.

Na verdade, o que se vê é que por onde passam eles destroem ou têm capacidade potencial para isso. Quando passam por uma mata que tem plantas rasteiras, flores etc., eles vão por cima de tudo; quando passam por um rebanho, eles, sem nenhum pudor, atravessam pelo meio da caminhada dos animais.

Como sempre, são o homem, a máquina e a dominação que criam uma lógica do que é a relação com a natureza. Há uma lógica inclusive na origem do sentido do desenvolvimento da produção e das tecnologias modernas, que está muito mais voltada para manutenção das relações de poder e dominação do que para uma perspectiva de libertação humana, como defendiam os iluministas.

Os homens não são da natureza; os homens são da cultura, do espaço público. As mulheres são da natureza e do espaço privado. Essa é a lógica que sustenta a reprodução das relações de gênero e que está na base e na origem da construção desse sistema capitalista e patriarcal, dentro de um sentido hierárquico, em que os humanos estão em um plano superior, e a natureza, em um plano inferior. Só que para os humanos também há uma hierarquia. Há os humanos da cultura e os humanos da natureza, como já vimos.

Quando os colonizadores chegaram à América, eles vieram explorar a natureza e dominar os seus habitantes, considerados seres inferiores. Se nós nos remetemos à fala de Laureana Cunurana uma mulher que faz parte da população originária do continente, podemos ver que, até hoje, a luta de resistência do povo indígena significa também uma luta contra a destruição da sua cultura, que continua sendo vista pela ideologia dominante como algo que tem de ser continuamente combatido, no sentido de ser totalmente destruído.

Os objetivos, que em determinado período histórico, iniciado no século XV, levaram à invasão do território chamado América, mantêm até hoje, em alguma medida, as heranças colonialistas, na relação entre países do norte e do sul. Mas podemos também perceber, na fala da Laureana, uma luta de resistência, uma crítica profunda à lógica mercantilista e destruidora da natureza.

Na sua abordagem notamos também outra visão de relação com a terra e o meio ambiente; podemos apreender elementos fundamentais para a construção de novas alternativas para a produção da vida em comum. Porque todos os povos originários da América foram violentamente explorados e, em muitos casos, eliminados por terem sido considerados parte da natureza, portanto, seres inferiores, não aptos ou não funcionais para o capitalismo. Foram vistos como não dotados de cultura, dado que cultura, assim considerada, seria uma cultura ocidental, branca, do homem europeu.

Creio que isso é uma questão que deve estar sempre presente em nossas análises críticas para entendermos que a luta contra uma dominação simbólica e material está sempre ligada a uma redefinição de sentido e de lógica das coisas. Por isso é tão importante o que foi colocado pelas outras expositoras, que é a ideia

de irmos recuperando as lógicas locais, dos territórios, as lógicas que diferem do pensamento hegemônico que se impõe sobre o cotidiano da nossa vida.

2. A LÓGICA PRODUTIVISTA E A MERCANTILIZAÇÃO COMO DOMINAÇÃO DA NATUREZA

Temos também de questionar, por outro lado, uma abordagem que aparece com frequência nos debates sobre feminismo e ecologia, que apesar de se pretender como de valorização das mulheres, tem como origem a mesma concepção essencialista da relação feminino/mulher, na qual as mulheres são vistas como mais próximas da natureza do que o homem.

Ora, os homens e as mulheres são parte da natureza, então por que fazer essa nova qualificação de proximidade que recria e reproduz elementos estruturantes das desigualdades de gênero?

É fundamental estarmos mais próximas e integradas à natureza, isso é desejável para as mulheres e os homens, na construção de uma outra maneira de organizar a vida em comum. Mas nós não podemos voltar para uma perspectiva biologizante, pois não podemos ser coniventes com uma concepção de relação cuja dinâmica está organizada da seguinte forma: os homens destroem a natureza e as mulheres refazem o meio ambiente. Isso interessa à reprodução desse sistema, ao seu objetivo de mercantilização da vida e que leva a formas instrumentais de utilização do trabalho das mulheres.

Nós temos de reconstruir o que já foi destruído e danificado, temos de produzir sem destruir, mas qual é o conceito que temos de uma relação de integração e de proximidade? Penso que, mais do que proximidade, é o conceito de integração que deve ser aprimorado, porque somos parte dessa natureza, parte do planeta. Portanto, como é que nós vamos pensar isso, como é que vamos conceituar isso na nossa relação com a natureza?

Como disse Juliana, o conceito de preservação já foi muito pervertido para servir aos interesses da acumulação capitalista, para sustentar a lógica

produtivista e consumista. Porque o que se anuncia o tempo todo como discurso dominante, e os meios de comunicação privados divulgam isso incessantemente, é que preservar é assim: você destrói milhares de hectares e preserva um pequeno pedaço de mata no topo de um morro. Ou então: você continua destruindo a natureza nos países de capitalismo avançado e coloca sobre os países mais pobres os custos da devastação.

Há ainda modalidades que destroem e reconstróem, desfigurando o meio ambiente e criando desolação no planeta, como é o caso de destruir florestas nativas e plantar imensas áreas de monocultura, com base na justificativa de recurso renovável. Nós temos de preservar o planeta e as vidas humana e animal. Então, exige-se um exercício mais profundo de lógica, mas de luta também.

O capitalismo está atingindo patamares jamais alcançados de acumulação, ou seja, o capitalismo alcançou atualmente o maior grau de acumulação da sua história. Tão grande que está criando uma defasagem profunda entre a capacidade de acumular riqueza e a capacidade de redistribuir em um patamar que possa alimentar a relação entre produção e consumo em níveis funcionais para o sistema, o que implica em produção e superação de crises como parte estrutural do seu funcionamento. O que podemos perceber é que o grau de desigualdade se aprofundou, e a fome também.

A pluralidade dos sujeitos políticos e de suas lutas permitiu o aprofundamento da crítica a esse sistema. Por exemplo, a crítica à lógica produtivista que sustenta esse sistema está sendo radicalmente (no sentido ir a suas raízes) reformulada a partir da teoria crítica, mas avançando ou reestruturando toda a formulação em termos da relação entre produção e desenvolvimento, no sentido de combater qualquer relação hierárquica entre produção, reprodução e meio ambiente.

A lógica do mercado está assentada numa lógica produtivista, claro, porque cada vez se produz mais, e cada vez tem de se vender mais, e aí se faz uma hierarquia: cada vez são produzidos mais tantos bens caríssimos e, para cada produto caro, agora são feitos milhões de produtos semelhantes na aparência e de baixa qualidade para o consumo massificado. Na lógica

de mercado, a inclusão social se faz pelo consumo. Há uma produção incessante de criação de novas necessidades.

Essa inclusão pelo consumo pressupõe a desqualificação da cidadania. Para combater isso, temos de nos confrontar com o poder econômico, com o poder político, mas também temos de nos confrontar com alguma coisa dentro de nós mesmas. Temos que subverter nossa lógica interior, mexer na nossa dimensão subjetiva, superar sentimentos tão amplamente compartilhados de que só somos felizes se podemos consumir tudo que é colocado à nossa disposição pelo sistema. Subverter a relação entre felicidade e consumo. Mudar os hábitos de consumo baseados na prática de adquirir o que não precisamos porque está barato na promoção. Tudo que é bonito na vitrine e considerado barato se torna uma armadilha.

Existem aqueles raciocínios que são usados como forma de autodesresponsabilização. Diz-se: “O que é que adianta? Se eu não compro, outra pessoa vai comprar”, mas se eu não comprar vai diminuir, pois eu estarei me juntando às pessoas que estão resistindo ao consumismo desenfreado. E depois, a questão é se eu quero estar sendo o tempo todo manipulada por esse sistema. É uma questão de diminuir o consumo, mas é também de recuperação de autonomia, de sentido para nossa própria vida, a partir de valores solidários e libertários.

Os meios de manipulação são variados. Você liga a televisão para ver um jornal, lá vem a manipulação, a mensagem que diz que se você não tem um determinado objeto você está excluída do padrão exigido. Temos, portanto, um exercício também interno na dimensão subjetiva de lidar com essas coisas.

Temos de compartilhar nossa visão crítica com as pessoas que estão na nossa convivência cotidiana, com a comunidade em que vivemos. Essa resistência se faz por meio da ação coletiva e também de cada um de nós. Isso nos leva justamente a pensar na relação dialética entre sujeito individual e sujeito coletivo.

A lógica da mercantilização é vorazmente defendida e aplicada pelos setores que detêm o poder econômico e político na esfera mundial. A proposta contra a qual estamos lutando é de mercantilizar tudo, até coisas que nunca

imaginamos, como as fontes e os cursos de água. As minas já eram, assim como as pedras “preciosas”, o petróleo, e outras coisas mais, elementos presentes no solo do planeta onde todos habitamos, já são, na grande maioria das vezes e dos países, privatizadas.

Mas hoje se chega a um grau de privatização e mercantilização da natureza e dos bens comuns que ameaça o planeta e a continuação da vida. A mercantilização dos corpos das mulheres também tem sido reforçada e realizada a partir de novas formas de manipulação e controle.

Nessa lógica, tudo se transforma em escala industrial. Tudo vira um produto para se vender. Anuncia-se a venda de novos corpos da mesma maneira que se anuncia a venda de um vestido. Muda-se o curso dos rios e os peitos das mulheres como parte de uma mesma configuração das novas fronteiras da relação mercantil.

As formas dos corpos humanos entram e saem da moda, sobretudo das mulheres, mas não só, exigindo novas intervenções cirúrgicas. Em um momento, a moda são mulheres sem peito; em outro momento, com muito peito; uma hora é cabelo cacheado, outra hora é cabelo liso. Então o corpo entra na moda, e cada vez que o corpo entra na moda, uma nova tecnologia entra em ação, e a transformação dos corpos entra em escala industrial.

As clínicas de cirurgia estética são lugares altamente lucrativos. E as tecnologias, que deveriam ser desenvolvidas para amenizar sofrimentos humanos, são, predominantemente, pensadas e desenvolvidas para fins lucrativos. Há pessoas que vemos na televisão, na revista ou na rua e não reconhecemos porque mudaram tanto sua forma visual que perderam o seu jeito próprio de ser. Essa lógica não vai parar se a gente não lutar contra ela do ponto de vista simbólico, material e subjetivo.

Recentemente, notícias dadas pela televisão, uma na sequência da outra, me chamaram a atenção pela incongruência contida na relação entre elas. A primeira notícia era de que o Brasil desperdiça em torno de 64% dos seus produtos hortifrutigranjeiros por conta da maneira inapropriada de transportá-los. Em seguida, vem outra notícia, que os produtores agrícolas

da França estavam queimando toneladas e toneladas de alimento para forçar o aumento de preço. Umas três notícias depois, falava-se que os cientistas estão dizendo que se se mantiver esse grau de aumento de população, que já baixou e tem baixado no mundo inteiro (mas isso não foi dito), e se não forem desenvolvidas mais tecnologias de produção de alimentos, em tantos anos teremos um déficit alto de alimentos no mundo.

Percebam que nas duas primeiras notícias estão falando de desperdício da produção. Em um país, por falta dos meios de transportar os produtos de maneira segura e, no outro país, joga-se, literalmente, fora a produção para forçar o aumento do lucro. Na notícia posterior, fala-se da ameaça de déficit de alimentos e da necessidade de aumentar produção. Essa é a lógica que produz atualmente a fome, porque a produção dos alimentos está predominante e mundialmente voltada para a acumulação da riqueza, e não para as necessidades da reprodução humana.

Rebanhos de gado bovino já foram totalmente dizimados em vários países para manter ou aumentar o preço da carne. O pior é que esses fatos foram naturalizados, pois se repete sempre a mesma explicação ou justificava que leva a crer que esta é a única forma possível de organizar o modo de produção e distribuição. As pessoas escutam isso na televisão, mas não se assustam, inclusive não fazem essa conta entre percentuais e a ligação entre uma notícia e outra. A visão fragmentada sobre a realidade social serve como sustentação para a reprodução dessa ordem das coisas.

3. A VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Outra questão que quero levantar é sobre o desequilíbrio que existe hoje em termos do meio ambiente no planeta e os impactos das catástrofes que penalizam, sobretudo, as populações mais pobres e despossuídas dos meios necessários para uma vida com qualidade. E, dentro dessa realidade, são as mulheres as mais atingidas.

Primeiro, o impacto causado diretamente sobre a vida das pessoas, quando se trata de catástrofes, também está muito naturalizado, porque parece que é absolutamente por acaso. É preciso, antes de tudo, ver que as catástrofes estão aumentando de frequência e proporção como resultado das formas de intervenção humana, destrutiva sobre a natureza. Também não é por acaso que essas ocorrências atingem mais uma determinada população que outra. E porque, em geral, as populações mais atingidas são aquelas que estão justamente nos lugares de risco, nos lugares mais devastados.

Portanto, não é uma coincidência que, quando chegam os furacões, as enchentes e os terremotos, as pessoas que morrem e perdem suas moradias sejam sempre aquelas que contam com meios já muito precários de sobrevivência. Obviamente que há sempre um impacto geral sobre toda população de uma região e pessoas mais abastadas podem ser também atingidas, mas aqui estou falando das recorrências, do que predomina.

Entre uma mansão e um casebre, há uma defasagem desproporcional no grau de segurança da construção e do entorno, mesmo que estejam em áreas não tão distantes. As tecnologias empregadas nos países chamados “ricos” e sujeitos a terremotos não é a mesma que os/as habitantes dos países chamados pobres têm acesso. Se a população burguesa morar em um local alto da cidade, esse lugar será todo calçado, estruturado e saneado. Mas a população pobre, em geral, quando mora nos altos, convive com a falta de infraestrutura que assegure a proteção contra as catástrofes.

Sobre as mulheres serem as mais atingidas quando ocorrem os desastres ecológicos, isso se deve também ao fato de serem elas as responsáveis pela manutenção da vida cotidiana. E, dentro de um contexto de escassez e reconstrução, recaem também majoritariamente sobre elas as tarefas de produzir os meios de manter a sobrevivência. Se acabar a lenha das cercanias da casa, é ela quem vai caminhar muito mais e ir buscar. Se acabar a água do poço, é ela quem vai caminhar muito mais. Quando acontecem as destruições, são elas que vão trabalhar muito mais para tornar possível a manutenção da vida no dia a dia.

4. O TRABALHO REPRODUTIVO E O SUSTENTO DA VIDA COTIDIANA

Por isso quero tratar, como última questão, a necessidade da valorização do trabalho reprodutivo. O trabalho doméstico, que é a forma que toma o trabalho reprodutivo (KERGOAT, 1998) na sociedade capitalista, é aquele que sustenta a reprodução da humanidade. Esse trabalho não é valorizado porque não produz mercadoria e, portanto, não gera lucro. Essa é a questão que está colocada pelo pensamento econômico hegemônico.

É necessário, assim, questionar a lógica da mercantilização e aquilo que tem valor. Outra concepção de valor tem de ser construída a partir daquilo que produz o bem para a vida humana. A divisão sexual do trabalho, que atribui aos homens o trabalho produtivo e às mulheres, o reprodutivo, confere também uma ordem hierárquica do primeiro sobre o segundo (KERGOAT, 2001).

As mulheres inseridas no mercado formal ou informal do trabalho, são também, majoritariamente, as responsáveis, pelo trabalho doméstico. Disso decorre uma jornada extensa e intermitente, no cotidiano, formada de trabalho produtivo e reprodutivo, em geral denominada de dupla jornada.

Não existem, via de regra, políticas públicas para a conciliação entre essas duas esferas de trabalho e, como o compartilhamento entre as mulheres e os homens é desigual e, em alguns contextos, quase inexistente, a situação se reproduz afetando, inclusive, a capacidade das mulheres construírem suas carreiras profissionais e políticas.

O mercado, mais uma vez, oferece tecnologias para resolver o problema no cotidiano, todas voltadas para serem utilizadas pelas mulheres, segundo a forma como são anunciadas. A lógica é a de que a mulher tem de estar cada dia mais envolvida na produção, para ganhar dinheiro, se manter o tempo todo responsável pela reprodução, e conciliar isso como uma tarefa só sua, apoiada nas novas tecnologias. A figura da empregada doméstica é também frequente nas propagandas sobre produtos para o espaço doméstico.

Então, no modelo que é veiculado para as classes média e alta, cada pessoa da família deve ter seu próprio carro e ter em casa todos os

eletrodomésticos disponíveis no mercado. O cuidado com as pessoas não conta nesse modelo como algo necessário e importante, e que só pode ser feito em uma relação entre pessoas.

As mulheres de classes média e alta repassam, em alguma medida e/ou em grande medida, para outras mulheres – as empregadas domésticas – as tarefas do trabalho doméstico ou reprodutivo. Em pesquisa que realizei sobre o tempo de trabalho das empregadas (ÁVILA, 2010), constatei que, quanto mais tecnologia há, mais elas trabalham. Por exemplo: a máquina de lavar roupa libera o tempo para a empregada assumir outras tarefas, mas é ela que separa a roupa, regula a máquina e passa o ferro na roupa lavada.

O que eu quero questionar aqui é o fato de que as tecnologias não possibilitam a liberação do tempo do trabalho remunerado, mesmo no doméstico, pois ele está também regulado pela lógica da exploração. Nesse caso, o conceito de exploração não pode ser tomado no mesmo sentido do trabalho produtivo. Desenvolver teoricamente a forma de exploração contida no trabalho doméstico é uma tarefa em curso no desenvolvimento do pensamento feminista.

Torns (2002) afirma que são lógicas diferentes que regem o trabalho produtivo e o reprodutivo. A lógica produtiva é diacrônica, linear. A lógica do trabalho reprodutivo é sincrônica, o tempo se estende, as tarefas não se repetem da mesma maneira. Pode-se dar comida a uma criança em 15 minutos, pode-se dar comida a uma criança em meia hora, depende das circunstâncias em que se encontra essa criança. Ou, então, pode-se fazer um almoço em 30 minutos, mas pode-se também fazer em uma hora, dependendo da quantidade das pessoas, dependendo do que se vai fazer. As tarefas do trabalho reprodutivo estão definidas e redefinidas pelas necessidades particulares das pessoas dentro de um contexto familiar doméstico.

Quero frisar isso e dizer que temos de pensar conceitos, pensar em como definir e explicar as relações e os processos sociais. O que é que eu quero dizer com conceituar? Por exemplo: emergiu nos espaços dos

movimentos sociais, do Fórum Social Mundial, a partir dos povos indígenas da América, o conceito de “bem viver”. A partir dele, definem-se outras formas de organização da vida social, da vida em comum. Definem-se outras formas de relação entre produzir e reproduzir, em que talvez nem caiba essa separação. Outra visão da natureza e da relação com a terra e o planeta. Outra visão da relação entre materialidade e espiritualidade. Podemos perguntar: como as trabalhadoras rurais, as camponesas, que estão na agricultura familiar, concebem a relação da organização da vida em comum e, dentro disso, a relação entre produção e reprodução?

É importante pensarmos criticamente. Por meio da organização coletiva é possível formular e debater novas formas de organizar a vida em comum que apresentem novas possibilidades. Dessas várias reflexões, podem emergir ou visibilizar contradições que vão rompendo com a lógica de um pensamento dominante.

Penso que isso é uma tarefa para o movimento feminista, para o movimento por justiça socioambiental. Cada vez mais temos de encontrar os pontos de conexão entre as várias lutas. Creio que tanto o feminismo quanto os movimentos ecológicos têm como perspectiva a justiça socioambiental e podem, de uma maneira mais profunda, questionar a lógica que está aí, porque podem questionar o pensamento crítico que não colocou em questão o produtivismo, a dominação das mulheres, da natureza, e dos povos originários.

Os movimentos indígenas estão entrando no ângulo, na coisa mais profunda de uma outra perspectiva de sociabilidade, de socialização ou de relações humanas. Os movimentos feminista e das mulheres negras entram no ângulo dos imbricamentos do sistema de dominação e exploração capitalista/patriarcal/racista. É da confluência das lutas e da capacidade de construirmos pensamento crítico por meio do diálogo que, em um movimento dialético, podemos avançar na construção de um outro mundo possível.

REFERÊNCIAS

KERGOAT, Danièle. La division du travail entre les sexes. *In*: KERGOAT, J. *et. al.* (Dir.). **Le monde du travail**. Paris : La Découverte, 1998, pp. 319-327.

_____. Le rapport social de sexe – De la reproduction des rapports sociaux à leur subversion. *In*: **Les rapports sociaux de sexe**, Actuel Marx. n. 30. Paris : Presses Universitaires de France, Deuxième semestre, 2001, pp. 85-100.

TORNS, Teresa. El tiempo de trabajo de las mujeres: entre la invisibilidad y la necesidad. *In*: CARRASCO, M. Cristina. **Tiempos, trabajos y género**. Barcelona : Publicacions y Ediciones UB, 2002, pp. 133-147.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Vindicacion de los Derechos de La Mujer**. Tribuna Feminista Editorial Debate, 1977, Madrid.



Parte II

**Pensando a partir do vivido...
mulheres em resistência**



A problemática da água no mundo: desafios para a luta feminista

ELIZABETH FERREIRA CRUZ

Formada em Serviço Social, com mestrado em Sociologia.

É militante feminista da AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras desde 1999.

Atualmente integra a Secretaria Executiva e a Coordenação Nacional da entidade.

Frente às inúmeras lutas em defesa do meio ambiente e dos direitos das mulheres, realizadas cotidianamente por elas e seus movimentos nos planos local e nacional, este artigo pretende situar um pouco a problemática da água no mundo e sua condição fundamental para a luta feminista por justiça socioambiental.

1. A GEOPOLÍTICA DAS ÁGUAS: ACESSO E CONTROLE PARA QUEM?

É interessante que soe estranho, para grande parte da população, se falar do “direito à água” e, mais ainda, se dizemos que esse direito está ameaçado. Para a maioria das pessoas, sejam do campo ou da cidade, ricas ou pobres, a água é tida como um bem inesgotável, que vai durar para sempre.

Lembro-me de que, há alguns anos, conversando com minha mãe, que já é uma mulher idosa, dizendo para ela que existe pouca água “de beber”

no mundo e que, no futuro, esse seria um grande problema social, motivo de disputa e até mesmo de guerras, ela me retrucou: *Minha filha, isso é história! Tem tanta água no mundo. E Deus não vai deixar faltar água pra ninguém, não.*

Mas nós sabemos que não é bem assim. Se o mundo dependesse apenas da “vontade de Deus”, não faltaria muita coisa para muita gente, como de fato acontece. E, em relação à água, a realidade é bem diferente. A problemática da água é hoje uma das questões mais sérias que vivenciamos.

Estudos apontam que essa será a maior questão geopolítica nos próximos anos, por envolver disputas de poder sobre um dos principais recursos ambientais, sem o qual não pode haver vida na Terra. E quando se fala de “próximos anos”, não estamos nos referindo a algo muito distante, que pode acontecer daqui a 100 ou 200 anos. Trata-se de um fato que já vem acontecendo, mas que talvez, em 20 ou no máximo 50 anos, se torne a questão mais central da política e da economia internacionais: o acesso e o controle da água, sobretudo a água potável.

No Oriente Médio, por exemplo, há tempos vêm ocorrendo situações de conflito que podem levar a guerras futuras por conta da água. Para alguns(mas) especialistas, em um futuro próximo, o acesso e controle da água, mais do que do petróleo, serão o principal motivo de disputas na região².

Um dos motivos para isso é que, apesar de realmente haver muita água no mundo – 75% da superfície do planeta é coberta por água –, apenas 2,5% desta é considerada água doce, própria para o consumo humano. E desses 2,5%, somente 0,4% está acessível às pessoas, pois parte desses 2,5% – o equivalente 30,1% – é de águas subterrâneas, e 69,5% são águas congeladas³. Se houver descongelamento (o que já vem ocorrendo, por conta do aquecimento global), o planeta será inundado. Tamanha catástrofe impactaria no mundo inteiro.

¹ Geopolítica se refere aos estudos geográficos e políticos, sobretudo nas áreas ambientais, urbanísticas, rurais, agrárias, fundiárias, aéreas, aquáticas e de limites territoriais entre os países.

² Fonte: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2002/021016_iraquecb.shtml.

³ Fontes diversas. Ver referências ao final do artigo.

É importante considerar também que esse percentual de água doce a que temos acesso vem diminuindo continuamente. Alguns estudos mostram que, a cada 20 anos, dobra o percentual de consumo da água pela população – duas vezes maior que o crescimento do número de pessoas⁴.

Ou seja, não é que a população esteja aumentando e por isso mais água seja consumida; mas é a própria forma de uso da água que vem fazendo com que essa riqueza seja cada vez mais consumida por cada um, tornando-a escassa. Junte-se a isso a destruição de suas fontes. E esse é o problema: já temos pouca água potável no mundo; suas fontes e mananciais vêm sendo destruídas; e o seu consumo vem aumentando absurdamente. Somando-se tudo isto, o que temos é um cenário bastante negativo sobre o uso futuro da água.

Portanto, o desafio que temos pela frente é o de aprender a manejar melhor a água que está disponível hoje, em um percentual bem pequeno a que temos acesso. Grande parte dessa água vai continuar sendo inacessível, a não ser que sejam desenvolvidos alguns projetos para aumentar o acesso a ela. De fato, sabemos que muitos projetos já vêm sendo desenvolvidos nesse sentido, mas, infelizmente, a maioria tem como objetivo a apropriação da água por grupos econômicos poderosos, e não sua socialização com toda a humanidade.

É importante sabermos que a falta de acesso à água própria para consumo humano também não é uma questão do futuro. Isso já vem acontecendo. Hoje, quase 20% da população do mundo (que significa mais de um bilhão de pessoas), não tem acesso à água potável. Estima-se que mais de dois milhões de crianças morram por ano na América Latina e na África pela ingestão de água contaminada⁵.

Não é à toa que isso acontece nesses continentes, que são as regiões mais pobres do mundo – fruto de exploração e desigualdade – e também as que concentram as populações negras e/ou indígenas. Observem que esses dados só contabilizam as crianças. Não estamos contando com as pessoas adultas que também morrem por falta de água ou pelo consumo de água

⁴ Fonte: *Boletim do GT Serviços da Rebrip – Rede Brasileira pela Integração dos Povos*.

⁵ Idem.

sem qualidade – o que ocorre também na América Latina e na África, por conta das várias epidemias de doenças, como o cólera, que resultam da ingestão de água contaminada.

Além disso, temos várias outras questões que ameaçam o acesso à água, sobretudo pelo esgotamento de suas fontes naturais. A desertificação dos rios, por exemplo. Várias organizações e movimentos vêm mostrando o perigo eminente que resulta de rios desertificados pela intervenção humana, pela retirada da água, pela mudança dos leitos.

Como diz um trecho da música da Frente Cearense por uma Nova Cultura das Águas: *quero o rio no seu leito, e quero o leito em seu lugar*. Esses leitos, infelizmente, estão sendo mudados, não só em outros países, mas também aqui no Brasil, por meio da transposição das águas do rio São Francisco, no Nordeste, ou do projeto da usina Belo Monte, que prevê a mudança do leito do rio Xingu, no Pará. De muitos modos, as águas vêm sendo poluídas, desviadas e exauridas. Ou seja, as águas dos rios estão acabando num ritmo muito, muito intenso.

2. LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL E A PRIVATIZAÇÃO DAS ÁGUAS

Infelizmente, boa parte da população mundial só começa a despertar para a problemática da água no mundo no momento atual, quando estamos vivendo sob a hegemonia do livre comércio, em que predomina a ideia da liberalização comercial como forma de regulação da vida. Prega-se que o mundo inteiro é um grande mercado, sem fronteiras, onde tudo é comercializável: o trabalho, a saúde, a educação, o lazer, a natureza. Isto é, a própria vida.

Se juntarmos essas duas questões – redução da água potável no mundo e liberalização comercial –, o problema assume proporções ainda maiores. Sim, porque, dentro desse contexto de expansão de fronteiras do mercado e de liberalização comercial, o que vem acontecendo é o aumento da mercantilização e privatização das águas, colocadas como soluções para a sua escassez.

Lamentavelmente, no mundo inteiro, governos e organizações internacionais, como o FMI – Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial (Bird), o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento e a própria ONU – Organização das Nações Unidas, defendem a comercialização da água como a melhor forma de solucionar o problema da escassez. A partir daí, são feitos acordos, mediados por essas organizações, entre os países e empresas transnacionais, que envolvem milhões e bilhões de dólares.

Como é que essas organizações (FMI, Bird, BID), que são extremamente poderosas, vêm atuando nos acordos internacionais? Elas exigem que os países mais pobres ou em desenvolvimento, para que recebam seu apoio financeiro, garantam a privatização da água. Foi o caso de vários países, como Brasil, México, Bolívia, onde os acordos com o Banco Mundial ou com o BID já trazem esses dispositivos nas cláusulas dos projetos.

Por exemplo, o Banco Mundial, quando empresta dinheiro ao Brasil para a transposição das águas do rio São Francisco, já exige que o governo brasileiro realize as chamadas PPPs – Parcerias Público-Privadas, que garantirão a privatização da água no futuro próximo. Enfim, assegura o acesso e controle das multinacionais (sejam elas de capital estrangeiro ou brasileiro) sobre a água.

Vários desses acordos são feitos nessa relação dos órgãos de financiamento com os governos, e assim vai sendo garantido o processo de privatização. Outro exemplo é o do FMI: no ano 2000, dos 40 países que receberam empréstimos do Fundo, 12 tiveram que assinar acordo que incluía exigências sobre os serviços de fornecimento de água, incluindo processos de privatização⁶. Ou seja, o FMI faz empréstimos – inclusive empresta o nosso dinheiro brasileiro, porque o Estado brasileiro hoje é um grande acionista do FMI –, mas exige dos países com menos poder a privatização das águas.

Como disse, a ONU também vem defendendo a privatização da água. Só para dar um exemplo, nas décadas de 1970 e 1980, a ONU, em seus documentos,

⁶ Fonte: Boletim do GT Serviços da Rebrip – Rede Brasileira pela Integração dos Povos.

defendia a água como um direito humano, como uma garantia de qualidade de vida da população. No entanto, a partir do final da década de 1990 e início dos anos 2000, a Organização muda de posição e passa a defender um enfoque mais orientado para o mercado, alegando que este gerencie o fornecimento de água, por entender que a água é apenas uma “mercadoria”.

Essa orientação está publicada em um documento da ONU, que também aponta que o preço da água deve ser fixado pela “lei da oferta e da procura”⁷. Portanto, podemos ver o processo de mercantilização acontecendo: a água passa a ser vista apenas como mercadoria, como um “bem” mercantil, comercializável e não mais como um bem da humanidade, a que todos e todas devam ter direito e acesso.

3. FRENTES DE LUTA EM DEFESA DA ÁGUA COMO DIREITO HUMANO

Felizmente, na contramão desses organismos, das grandes empresas transnacionais e dos governos neoliberais que atuam em conjunto para privatizar a água, uma diversidade de organizações e movimentos sociais, no mundo inteiro, vem resistindo a essa ideia, defendendo a água como direito humano, parte do direito à vida, e se contrapondo à tese de que ela é uma mera mercadoria.

São várias as frentes de luta em diversos países. Uma das mais importantes e que pode nos servir de exemplo foi a de Cochabamba, na Bolívia, em 2000, quando o povo organizado conseguiu barrar o processo de privatização das águas.

Na chamada “Guerra da Água”, a população, sobretudo as mulheres, se mobilizou por três questões: recusar o Projeto de Lei de Águas elaborado pelo governo boliviano; mudar a Lei de Água Potável e Saneamento (Lei nº 2029); e rescindir o contrato com a empresa Águas do Tunari (controlada pela empresa americana Bechtel, encarregada da prestação de serviços de água potável e saneamento básico na cidade).

⁷ Idem.

A “Guerra da Água” na Bolívia envolveu uma grande aliança entre organizações não-governamentais, sindicatos, associações, movimentos sociais e de mulheres, e grande parte da população de Cochabamba, tanto do campo como da cidade, das classes média e pobre. Para articular os vários grupos foi criada uma organização que ficou conhecida como La Coordinadora para a Defesa da Água e da Vida.

Entre janeiro e início de abril de 2000, a cidade de Cochabamba parou por três vezes. Foram realizadas greves gerais, com bloqueio às principais rodovias de acesso à cidade, impedindo o transporte via ônibus e o carregamento de alimentos. Ruas foram interditadas, o aeroporto, fechado e o trânsito, parado. Em certos momentos, a área central de Cochabamba se converteu em um verdadeiro “campo de guerra”, havendo confronto direto entre a população e os mais de mil policiais colocados na rua pelo governo para reprimir as manifestações.

Em abril, após a prisão de alguns(mas) líderes de La Coordinadora, milhares de pessoas do campo e da cidade ocuparam a praça central de Cochabamba, dispostas a entrar em guerra. Após cerca de uma semana, na qual ocorreram inúmeros conflitos que resultaram em prisões, pessoas feridas, edifícios queimados, emissoras de TV e rádios fechadas, mas com uma persistente resistência da população, o então presidente da Bolívia anunciou o fim do contrato com a empresa Betchel, que se retirou da cidade. A companhia de água de Cochabamba foi então entregue a uma diretoria pública indicada por La Coordinadora e pelo governo municipal (CASARO e ABLAS).

As empresas que atuaram e atuam na Bolívia – que são as mesmas que estão em grande parte do mundo – não conseguiram fazer valer o acordo imposto pelo Banco Mundial e o FMI em Cochabamba – que foi revogado –, mas continuaram atuando em outras cidades do país, como La Paz e El Alto, onde há vários problemas quanto o acesso à água.

Essas companhias detêm a maior parte do mercado de serviços, controlando quase todos os postos de fornecimento de água e saneamento básico no mundo. Elas investem em todos os países, mas para cada um têm uma estratégia específica. Destacam-se duas companhias: as francesas Suez e Veolia, que se

associam em alguns países para concorrer e ter mais poder, dominando todo o comércio hoje de água no mundo. Na França, elas controlam 80% dos serviços de água e saneamento, e querem expandir esse controle para o resto do planeta.

Mas a privatização da água não ocorre somente pelo controle do fornecimento de água e saneamento. Ela vem crescendo, por um lado, por meio da compra de suas fontes minerais por empresas transnacionais, como Danone, Pepsi, Coca-Cola e Nestlé, que, juntas, movimentam mais de 40 bilhões de dólares por ano só no ramo de água. De outro, especialmente no Brasil, a privatização ocorre pela construção de barragens e hidrelétricas, pela irrigação no agronegócio, pela carcinicultura⁸, pela transposição de rios para canais e reservatórios, toda ela destinada aos interesses de empresas multinacionais.

Dáí a importância dos movimentos de resistência a esses vários processos de privatização da água que vêm ocorrendo no Brasil: contra o Complexo Belo Monte, no Pará; contra o Porto das Lages, em Manaus; contra o Complexo do Pecém, no Ceará; contra a transposição do rio Madeira, em Rondônia, e a transposição do rio São Francisco, na Região Nordeste. São movimentos de resistência que não aceitam que a água seja vista como apenas mais uma mercadoria. Que não desistem da luta mesmo quando todos, principalmente os governos e a grande mídia, dizem que não há mais pelo que lutar.

4. AS MULHERES NA DEFESA DA ÁGUA

Em todas essas frentes de luta em defesa da água, seja no Brasil ou em qualquer outro país, as mulheres têm participação ativa. Vemos seu engajamento por dois vieses. Primeiro, pelo fato delas estarem diretamente envolvidas na gestão doméstica da água, por conta de serem, até hoje, as principais responsáveis pelas tarefas domésticas de reprodução – no mundo inteiro, milhões de mulheres destinam várias horas de seu trabalho diário para o transporte, armazenamento e uso da água. Por isso, quase sempre elas são as primeiras a resistir às propostas e projetos que visam privatizar a água.

⁸ Produção de camarão em cativeiro.

Segundo, porque na maior parte dos movimentos e organizações sociais, as mulheres são, hoje, maioria. Podem não sê-lo na direção nacional ou local dos movimentos, mas o são nas linhas de frente e de trás das lutas. São as mulheres que dão suporte a muitas ações de enfrentamento e resistência ou assumem elas próprias essas iniciativas. É o caso das mulheres de Altamira contra o Complexo Belo Monte, no Pará, como foi também o das companheiras do MMC – Movimento de Mulheres Camponesas contra a Aracruz Celulose, no Espírito Santo.

De tudo isso, destaca-se a importância do conjunto dos movimentos de mulheres e dos movimentos feministas assumirem uma ampla frente de luta por justiça socioambiental e contra os megaprojetos de desenvolvimento, tanto os que visam privatizar as águas como todos aqueles que pretendem se apropriar dos mais diversos recursos ambientais para torná-los mercadorias.

Essas questões dizem respeito diretamente à vida das mulheres, de todas as mulheres. Mas, sobretudo, daquelas mais pobres do campo e das cidades, das negras, indígenas e ribeirinhas que sofrem com o racismo ambiental que orienta os grandes projetos, que tratam essas populações como lixo ou refugo, descartando-as.

Na AMB, de forma articulada, vimos construindo essa frente de luta desde 2008, mas a ação dos agrupamentos, movimentos e organizações que integram a AMB vem de muito antes⁹. Em várias partes do país, estamos engajadas em frentes de luta, de enfrentamento e resistência. O desafio que temos adiante, porém, é não só fazer avançar nossa ação própria nesse campo, como também,

⁹ No Amazonas, a AMA – Articulação de Mulheres do Amazonas integra o movimento SOS Encontro das Águas. No Nordeste, atuamos contra a transposição das águas do rio São Francisco, especialmente no Ceará, onde integramos a frente de luta por meio do FCM – Fórum Cearense de Mulheres, e em Pernambuco, por meio da ação do grupo feminista de teatro Loucas de Pedra Lilás. No Ceará, o FCM também luta contra a carcinicultura, o turismo de massa e a instalação de uma siderúrgica na praia do Pecém. No Pará, a luta contra o complexo Belo Monte se faz por intermédio do Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense, em aliança com nossas companheiras do Movimento de Mulheres do Xingu. No Tocantins, a AMT – Articulação de Mulheres do Tocantins integra a Rede Nacional Cerrado e o Fórum da Amazônia Oriental. No Espírito Santo, o Fomes – Fórum de Mulheres do Espírito Santo integra a Rede Alerta Verde e, em parceria com mulheres indígenas, quilombolas e camponesas, realiza várias ações de enfrentamento, sobretudo ao cultivo do eucalipto. Há ainda várias ações de construção de alternativas ao modelo desenvolvimentista capitalista, como o turismo comunitário na Bahia, no Mato Grosso e no Ceará; a produção e comercialização agroecológica e solidária na Paraíba, no Ceará e em Pernambuco. Além de diversas outras iniciativas que aos poucos estão sendo sistematizadas.

sobretudo, ampliar a articulação desse conjunto de experiências com as ações de outros movimentos de mulheres e organizações mistas.

É necessário construirmos uma grande aliança capaz de fazer parar o modelo capitalista de desenvolvimento e fazer emergir e reemergir novos e velhos modos de vida em sociedade, em que toda e qualquer forma de vida – humana, animal e vegetal – seja vista, compreendida e sentida como parte de um mesmo e único sistema.

REFERÊNCIAS

Aliança Social Continental - ASC. Comitê de Mulheres. **As mulheres em defesa da água como direito humano fundamental**. Julho de 2004.

BBC- Brasil. **Disputa por água pode causar guerra no Oriente Médio**. Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2002/021016_iraquecb.shtml.

CASARO, Rita e ABLAS, Bárbara. **Os donos da água**. Disponível em http://resistir.info/agua/donos_da_agua.html.

MONTOIA, Paulo. **Água, o “Ouro Azul” do nosso século**. Disponível em <http://www.moderna.com.br/moderna/didaticos/projeto/2006/1/mundo/>.

Rede Brasileira pela Integração dos Povos - REBRIP. **Água, um direito ameaçado**. Boletim do GT Serviços, abril de 2004. Disponível em: <http://www.rebrip.org.br/projetos/clientes/noar/noar/UserFiles/20/File/Publica%C3%A7%C3%B5es%20REBRIP/agua.pdf>.

SHULTZ, Jim. **A guerra pela água na Bolívia**. Disponível em http://www.article19.org/work/regions/latin-america/FOI/pdf/Waterwar_Por.pdf.



“A luta contra a transposição do rio São Francisco: o que a mídia não conta

REGINA LÚCIA FEITOSA DIAS

Engenheira Agrônoma, Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela UFC,
e integrante da Frente Cearense por uma Nova Cultura de Água
e Contra a Transposição do Rio São Francisco

Discutir o projeto de transposição do rio São Francisco é um passo muito importante para o fortalecimento da articulação dos diversos setores que lutam por uma sociedade melhor. Sei que há muitas pessoas participando desses debates, mas também sei que há pessoas que, talvez, nunca tenham participado e não entendam direito esse assunto.

O que é a transposição de um rio? O que se pretende quando se fala em “transposição do rio São Francisco”?

1. O PROJETO DE TRANSPOSIÇÃO

O que se intenciona é tirar a água do Velho Chico e levá-la para outras bacias, no caso, localizadas nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba. Muita gente pensa que a ideia da transposição é

invenção do governo Lula, o “redentor” do Nordeste, que agora vai “trazer água” e ninguém mais vai morrer de sede.

Entretanto, a verdade é que existe uma história a respeito da ideia de se fazer a transposição do rio São Francisco. A primeira vez que se discutiu a possibilidade foi em 1820, na época de D. João VI. No Brasil Império, no segundo reinado, de D. Pedro II, essa ideia foi novamente aventada e, mais uma vez, rechaçada, pois os estudiosos, naquela época, concluíram que era uma obra muito cara e que realmente não havia viabilidade técnico-financeira. Concluíram não ser racional fazer a transposição.

Na República, em 1981, ainda sob resquícios da ditadura militar, com o ministro Mário Andreazza – uma figura forte no regime –, essa proposta também foi discutida e, mais uma vez, abandonada. Ressuscitada em 1994, no governo Itamar Franco, anunciou-se que seriam abertas licitações para discutir a transposição. Dessa vez, o Tribunal de Contas da União – TCU reprovou-a, argumentando que *o projeto seria prejudicial às hidrelétricas e à irrigação nos Estados de Minas Gerais e Bahia*.

Em 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso, gastou-se, para se ter uma ideia, 10 milhões de reais com a elaboração do projeto básico de transposição do rio São Francisco. Contudo, havia uma oposição muito grande à época e, mais uma vez, o projeto não foi para frente.

Em 2002, pasmem: novamente Fernando Henrique Cardoso gastou muito, dessa vez bem mais: um bilhão de dólares para fazer estudos e tentar aprovar a transposição. Adivinhem quem forneceu argumentos políticos e técnicos, barrando o projeto? Não foi outro partido senão o PT. A transposição só não foi iniciada no governo FHC porque o PT barrou – é preciso que isso seja dito. Mas, em 2003, quando Lula assumiu, já fazia a defesa da transposição.

Portanto, vemos que por trás dessa discussão há muito mais a ser questionado do que simplesmente se essa água vai ou não trazer benefícios para o Nordeste. Trata-se de um megaprojeto. Para se ter uma ideia, o valor a ser gasto atinge a cifra de 20 bilhões de reais. Até 2010, já há 6,6 bilhões de reais assegurados em orçamento destinados à sua realização.

Para levar água ao Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, foram projetados dois canais: o canal leste e o canal norte. Para elevar essa água, estão previstas nove estações de bombeamento, além de aquedutos, reservatórios, centrais hidroelétricas, ou seja, uma engenharia de grande porte, pesada e caríssima, que vai levar água *para onde já existe água*. Se ela fosse pelo menos destinada aos locais onde não há água, ainda era algo a se discutir.

Ilustro a afirmativa mostrando o caso do Ceará. Segundo estudo elaborado pela Frente Cearense Contra a Transposição vê-se claramente que as águas do rio São Francisco vão entrar pelo sul cearense, vindo de Cabrobó área onde há grande proporção de terra fértil e há bastante água.

Outra região em que há também boas terras é a conhecida como Baixo Jaguaribe e Tabuleiro de Russas, onde se situam os municípios de Morada Nova, Limoeiro do Norte e Russas, entre outros. Lá, hoje, estão instaladas empresas nacionais e estrangeiras que produzem melancia, melão, abacaxi. Lá também estão fazendas de criação de camarão, a carcinicultura.

Em outro trecho, situado no litoral oeste cearense, há o Porto do Pecém, onde pretendem instalar um complexo industrial portuário, com siderúrgicas, termelétricas – inclusive termoelétrica de carvão – e outras indústrias. A partir disso, observamos que a água vai passar exatamente onde há mais água e os melhores solos do Ceará. Entretanto, não se vê nenhum canal planejado para levar água às regiões dos Sertões de Canindé, Inhamuns e Crateús – a maior parte do semiárido. Portanto, quando Lula diz que *o povo do São Francisco não vai dar uma caneca d'água ao povo do Ceará*, costumamos dizer que o povo do Ceará é que não vai beber uma caneca d'água do São Francisco, porque, para essas pessoas, essas águas não vão chegar.

2. ARGUMENTOS NÃO VISTOS DE UM DEBATE NÃO DEMOCRÁTICO

O maior problema que enfrentamos é não ser esse um debate em que podemos discutir ideias reais. Nossa grande dificuldade está em

desmistificar as mentiras que o governo, por meio da mídia, da televisão e do rádio, vem levantando. Então, a primeira mentira que o governo coloca é que *a água vem para o povo pobre*. Será que isso é verdade?

O que acontece é que, hoje, 70% da água do rio São Francisco destina-se à produção de frutas e de camarão para exportação, 20% para o setor industrial e 4% para população difusa.

O objetivo real do projeto de transposição do rio São Francisco é fortalecer uma infraestrutura hídrica para a expansão do capital globalizado, reforçando esse modelo de desenvolvimento que está aí. Basta ver o exemplo do Ceará: lá, a Embrapa fez um estudo sobre as águas do Castanhão – um açude em que também houve e ainda há um conflito muito sério por conta da sua construção –, no qual cerca de 73% da água está indo para irrigação, 22,64% para carcinicultura, e, pasmem, apenas 2,87% para consumo humano. Ou seja, vemos que mais de 95% da água está indo para viabilizar a agricultura irrigada e a carcinicultura.

Portanto, o governo fala que *vai matar a sede de 12 milhões de sertanejos* por meio do projeto de transposição, mas esse projeto pretende atingir menos de 5% do semiárido. A população beneficiada por ele corresponde a 0,3%, que não representa nem 1% da população do Nordeste. A água não vai chegar à população mais necessitada porque ela é o que se chama de '*população difusa*'.

Em um debate sério, ninguém tem mais coragem de falar que a transposição *é para matar a sede do povo do sertão*. Os técnicos, hoje, mesmo sendo a favor da transposição, acham isso uma coisa inadmissível de se dizer. Por quê? Porque, no sertão, as casas são distantes umas das outras. Às vezes andamos duas horas em uma estrada para chegar a uma determinada comunidade no campo. Então, a solução para levar água a esse povo não pode ser a transposição de um rio, porque é uma alternativa concentradora em meio a uma população que se espalha pelo sertão.

Apesar desse argumento (*levar água para o povo nordestino que está passando sede*) estar abalado – eu digo abalado porque até as pessoas que defendem a transposição já não estão argumentando mais isso – para a grande maioria do nosso povo, essa falácia ainda é convincente. Basta dizer que,

numa visita de Dilma e Lula às obras da transposição do São Francisco¹, um dos assessores afirmou, no *Jornal Nacional*, que *essa água é que vai matar a sede do povo*. Impressionante: em 2009, essas pessoas ainda têm a coragem de levantar esse argumento, quando os próprios técnicos da transposição já sabem que ele pode ser facilmente derrubado, e nem eles o assumem mais. Porém, perante o povo, o governo Lula continua insistindo nessa mentira.

Recentemente, novo argumento vem sendo levantado: *a água é para garantir segurança hídrica para as cidades e capitais*. Entretanto, em 2007, o Instituto Socioambiental fez um estudo mostrando que, em 15 das 27 capitais brasileiras, o desperdício de água chega a 45% do volume captado nos mananciais. Disse mais: nas cidades, a média brasileira do consumo chega a ser superior ao que a ONU recomenda, ou seja: o consumo chega a ser de 150 litros por pessoa/dia, enquanto a Organização recomenda que cada pessoa gaste 110 litros/dia.

Portanto, vê-se que também é inconsistente essa história de *garantir a segurança hídrica nas cidades*. Se a cidade está desperdiçando, não seria mais racional discutir a gestão dessas águas para que tenha fim o desperdício? O que é que está acontecendo então? O povo do campo está pagando pelo desperdício da cidade.

O governo ainda fala que serão retirados somente 1/4 da vazão do rio, mas isso não faz sentido, porque os técnicos e estudiosos explicam que esse percentual a ser retirado, com o tempo, aumentará.

Outra questão a ser debatida é: quem vai pagar o preço dessa transposição? Pelo visto, é o povo, como sempre, porque o preço da água vai subir. Inclusive, há a figura do subsídio cruzado, que não é bem explicada, mas há quem simplifique por meio do seguinte exemplo: uma empresa produz camarão no Rio Grande do Norte e outro estado vai pagar pela água para essa produção, mesmo que não ocorra em seu território. Fica como algo *solidário* entre os estados.

Observemos o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, que hoje é chamado *Programa de Ameaça às Comunidades*. No PAC, de acordo com

¹ Lula percorreu 360 cidade em 26 estados. Trata-se da 'Caravana da Sucessão'. No que se refere a transposição, a expedição percorreu municípios de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco.

informações analisadas pela CPT Bahia, 6 milhões e 558 mil reais estão previstos para a transposição – que eles chamam agora de Integração da Bacia do São Francisco. Em contraposição, para a revitalização, a previsão é de 1 milhão e 274 mil reais. Um grande indicador das prioridades do governo é onde ele aloca os recursos. São bem distantes os valores previstos para transposição dos valores previstos para revitalização.

Vendo que a transposição realmente é um projeto completamente inviável, é necessário salientar também que o canal em que as águas vão passar só vai ser completamente utilizado quando a barragem de Sobradinho estiver vertendo. Mas quando isto acontecer, todos os açudes para onde vão essas águas já estarão cheios, porque o período de chuva do Nordeste coincide com o período de chuva na bacia do São Francisco. Então, quando as barragens estiverem cheias lá no rio São Francisco, no Nordeste também estarão. Para quê, então, será preciso levar água?

Outro fato é que, além da fruticultura irrigada, hoje, com essa febre dos agrobiocombustíveis, está sendo planejada a ampliação das áreas para plantio de cana, visando a produção de etanol, e para as diversas outras oleaginosas, como a mamona e o pinhão manso. A Bahia Bio, por exemplo, tem 510 mil hectares irrigados com água do São Francisco ou afluentes. Portanto, a perspectiva daqui para frente é aumentar a produção de agrobiocombustíveis, e as águas do rio São Francisco, nas pretensões do governo, terão também esta função.

Além de todas estas questões levantadas, é preciso ressaltar o estado de degradação do rio São Francisco. É visível o assoreamento, o desmatamento da mata ciliar, a erosão e diminuição dos mananciais devido ao desmatamento do cerrado e à poluição urbana e industrial.

Na verdade, a transposição do São Francisco vai ser mais um elefante branco para completar a manada, porque já existem 21 obras que estão inconclusas e abandonadas no Nordeste, citando-se a Barragem do Cedro, no Ceará.

Vimos, portanto, que os beneficiários da transposição serão os empreiteiros, as empresas da fruticultura, da carcinicultura, e, no Ceará, todos os grupos econômicos instalados no Complexo Industrial Portuário

do Pecém. Lembro-me de que, em 2008, estivemos na romaria das águas, em Juazeiro da Bahia, quando D. Cappio foi receber um prêmio e tivemos a oportunidade de entrevistar Dom Balduino. Perguntamos como ele analisava o fato de o governo Lula estar defendendo a transposição do rio São Francisco. Ele respondeu que isso visava beneficiar grupos econômicos, os empreiteiros, dizendo ainda, em tom de brincadeira, que *os empreiteiros estavam desempregados, então o governo precisa dar emprego a esses empreiteiros*. Ele disse em tom de galhofa, mas não deixa de ser verdade. As empreiteiras vão sair ganhando: os grupos econômicos ligados à agricultura irrigada, ao agrobiocombustível, também à carcinicultura e ao Complexo Industrial Portuário do Pecém, repito.

3. AS ALTERNATIVAS VIÁVEIS E AS LUTAS DE RESISTÊNCIA DOS POVOS DO SEMIÁRIDO

Há muitas alternativas para o semiárido. Várias pessoas e instituições, como o Instituto Caatinga e as demais organizações da Articulação do Semiárido, já trabalham com agroecologia. Existe, de fato, uma série de alternativas para a região. Não estamos falando de teoria, mas do que concretamente existe.

No campo das atividades econômicas, temos a caprino-ovinocultura e a criação de abelhas; no campo da possibilidade de captação de água para produção, temos a mandala, os quintais produtivos, a barraginha, a horticultura orgânica, o Programa Um Milhão de Cisternas, e o Programa Uma Terra e Duas Águas, em que eles já estão trabalhando em cisterna adaptada para a roça, barragem subterrânea, tanque de pedra, barreiro trincheira; existem os sistemas agroflorestais, em que só indo visitar para acreditar, pois se vê produzir ali, no meio da mata, frutas e grãos.

Há também os consórcios agroecológicos, no qual ressalto a produção do algodão agroecológico; os sistemas agrosilvopastoril, que é aquele que pode proporcionar a produção de grãos e de forragem para os animais, e

ainda pode fornecer a madeira para mourão, para as diversas utilizações que os agricultores queiram fazer. Há as práticas de conservação do solo, como a cobertura morta, cobertura viva, adubação verde, uso do esterco, compostagem, rotação de cultura. Enfim, é um elenco considerável posto em prática hoje pela sociedade civil e também por alguns governos estaduais.

Nesse ponto, o próprio governo, quando levantamos a discussão, usa a questão da implementação de atividades agroecológicas como moeda de troca, do mesmo modo que está fazendo com a revitalização. É o que acontece com o Programa Um Milhão de Cisternas: o governo “oferece” isso para, em compensação, não ser feita nenhuma resistência à transposição.

Quero, com isso, enfocar a resistência. De fato, ela já existe hoje. Ainda está um pouco difusa, mas acredito que, com o Segundo Encontro dos Povos da Bacia do São Francisco realizado em 2009, em Juazeiro da Bahia, e o Seminário “Mulheres, Trabalho e Justiça Socioambiental”, realizado pelo SOS Corpo, no mesmo ano, vamos “afunilando” e fortalecendo a resistência.

Temos a Campanha Opará, que hoje é importantíssima. São 34 povos indígenas, 153 comunidades quilombolas, grande parte ainda lutando pela demarcação dos seus territórios. Temos também os Trukás, os Pipipã e os Kambiwá, em Pernambuco; os Tumbalalá, na Bahia; e o povo Anacé, no Ceará. Há uma carta para o presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, solicitando a realização urgente de uma audiência pública no STF sobre o projeto de transposição do rio São Francisco e também o julgamento imediato das ações judiciais referentes ao projeto, porque esses povos estão sendo ameaçados por conta das obras de transposição.

Penso que, junto à reflexão, deve haver ação. Não dá para participarmos da luta contra a transposição somente nas reflexões, somente nos debates. É preciso que a gente aja. Eu acredito que o fortalecimento da campanha Opará seja uma forma disso².

² Mais detalhes sobre a campanha podem ser encontrados no site www.saofranciscovivo.org.br.

4. O CENÁRIO ATUAL

Do ponto de vista da possibilidade da transposição, os números estão muito confusos. Alguns falam em 16% concluído, outros falam 15%, outros falam 20%. A verdade é: o mérito não foi julgado, mas o governo brasileiro, à revelia do julgamento, já começou as obras de transposição. A questão ainda está na justiça; a transposição, na verdade, legalmente, ainda não está decidida. O que acontece é que estamos vendo um desrespeito ao estado de direito.

Do lado da resistência, temos a Articulação do São Francisco, que congrega o alto, médio, submédio e baixo São Francisco; no caso do Ceará, temos a Frente Cearense por uma nova cultura da água e contra a transposição do rio São Francisco, da qual participam a AMB, a CPT, entre outros. Estamos nessa luta com muita dificuldade, mas continuamos. Na Paraíba, também já temos uma Frente Paraibana contra a transposição; no Rio Grande do Norte e em Pernambuco, as pessoas estão começando a se articular. A ocorrência do Segundo Encontro dos Povos da Bacia do São Francisco, em agosto de 2009, foi impulsionador para essas articulações.

O mais importante deste encontro, acredito, é vermos a possibilidade de fazer uma articulação maior, porque hoje, quando se fala da luta contra a transposição, na verdade, é a luta contra todos esses projetos. A construção de barragens, por exemplo, são exemplos claros de ameaça aos povos.

Não temos mais condições de uma luta solitária. Ali, o povo do São Francisco; cá, o Ceará sozinho na barragem do Castanhão. É muito importante que os estados fortaleçam suas articulações.

Não vamos nos angustiar se a luta parece difícil, se é o anão lutando com o Golias. Não. Creio que a história tem inúmeros exemplos de como coisas aparentemente impossíveis acabaram sendo conquistadas, e a gente sabe perfeitamente que, nessa questão da luta contra a transposição, também existe uma possibilidade de a gente vencer.



Mulheres e justiça socioambiental: uma reflexão a partir do trabalho

CARMEN SILVA

Educadora do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia
e participante do FMPE/AMB – Fórum de Mulheres de Pernambuco
e Articulação de Mulheres Brasileiras.

Qual a relação entre mulheres e justiça socioambiental? Este foi o desafio principal do seminário promovido pelo SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia e a AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras, em 2009, no Recife. Talvez o melhor fosse nos perguntarmos em que as situações de injustiça ambiental agravam a já injusta situação das mulheres.

Frente à dimensão da crise que coloca em risco a permanência da humanidade, os movimentos sociais têm insistido na ideia de que ainda há saídas, que temos condições de criar um 'outro mundo possível' e, mais do que nunca, desejado. Daí a emergência de olharmos a crise ambiental a partir dos vários sujeitos políticos que estão construindo as alternativas de transformação social, para que essas alternativas favoreçam mudanças nas relações entre os seres humanos e a natureza, mas também transformem as relações sociais estruturantes das desigualdades entre as pessoas.

No seminário, realizamos um ‘tribunal do trabalho das mulheres em situação de injustiça ambiental’, com denúncias sobre condições de vida e trabalho de mulheres pescadoras, catadoras de material reciclável, raspadeiras de mandioca, quebradeiras de coco, camponesas, ribeirinhas, de comunidades urbanas e rurais atingidas por grandes projetos de desenvolvimento. Com os debates feitos a partir desses depoimentos, buscamos refletir sobre a relação entre o trabalho das mulheres e as lutas por justiça socioambiental.

1. AS LUTAS EM TORNO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS

O Movimento por Justiça Ambiental constituiu-se nos Estados Unidos nos anos 1980 a partir da articulação entre movimento negro e movimento ambiental em função dos conflitos gerados pelas políticas governamentais e empresariais norte-americanas que estimulavam o depósito de dejetos tóxicos em áreas residenciais de maioria negra.

Desde o início esteve incluída a denúncia do ‘racismo ambiental’ e a relação entre risco ambiental, pobreza e etnicidade. Na noção de justiça ambiental, nesse movimento, *o meio ambiente é considerado em sua totalidade, incluindo suas dimensões ecológicas, físicas construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas*, e por tratamento justo entende-se que *“nenhum grupo de pessoas, incluindo aí grupos étnicos, raciais ou de classe, deve suportar uma parcela desproporcional das conseqüências ambientais negativas”* das políticas de Estado ou empresariais (ACSELRAD, 2009).

No Brasil, desde a década de 1990, movimentos sociais, setores acadêmicos e outras organizações da sociedade civil buscam articular a reflexão e as lutas em torno de conflitos ambientais, e criaram, em 2002, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental – RBJA. A rede tem potencializado diversas iniciativas e campanhas, aproximando organizações do movimento sindical, do movimento urbano e de vários movimentos no meio rural contra as transferências de dejetos tóxicos, os projetos de monocultura, a construção de barragens, entre outros.

Nos debates, tem sido agregado o termo ‘socioambiental’ para enfatizar o

fato de que não se trata apenas de proteger o meio ambiente, mas de considerar os grupos humanos e as culturas diferenciadas que estão envolvidos nos conflitos ambientais. Isso tem possibilitado inúmeras reflexões sobre o racismo institucionalizado nas políticas urbanas e projetos de desenvolvimento, e o reconhecimento de elementos étnicos, de caráter político-organizativos, nos grupos populacionais envolvidos em conflitos ambientais.

Assim é que se percebe a presença ativa de diferentes grupos indígenas, ribeirinhos/as, seringueiros/as, quebradeiras de coco, pescadores, quilombolas etc. Como Almeida, entendemos que *a questão ambiental não pode mais ser tomada como uma ação sem sujeito, tampouco se restringe a correlação direta e determinada entre o homem e o meio* (ALMEIDA, 2004).

Marcelo Paixão, discutindo a relação entre as questões ambiental e racial no Brasil, diz que *o tema da justiça ambiental ganha um verde ainda mais vivo quando reportado ao fato de que ele pode ser um ponto de encontro de demandas de diferenciados coletivos*. Desconstruindo a ideia de ‘homem como sujeito universal’ e buscando validar as distintas demandas, ele propõe uma pauta ‘afroverde’ capaz de articular movimento negro e ambiental no enfrentamento das consequências da crise ecológica (PAIXÃO, 2004).

No caso brasileiro, essa reflexão faz-se mais importante ainda dado o mito da democracia racial no senso comum e a negação, por muitos grupos acadêmicos e políticos, das consequências, na nossa formação social, do escravismo e da ausência de políticas de reparação capazes de alterar a situação socioeconômica na qual vive a população negra. O racismo ambiental, a partir da ação do Estado e/ou das grandes empresas, é uma realidade que tem de ser enfrentada não só a partir das consequências da crise, mas também da crítica ao modelo de desenvolvimento em curso.

Mas, considerando o debate sobre propostas alternativas aos rumos do desenvolvimento no País, queremos agregar à pauta ‘afroverde’ um tom lilás. Ou seja, queremos discutir como a crise ambiental atinge diferenciadamente as mulheres e quais as propostas dos movimentos de mulheres como alternativas ao desenvolvimento.

Na busca de um diálogo entre os vários movimentos sociais atuantes nas questões ambientais, propomos um olhar a partir do movimento de mulheres. Paixão, em artigo já citado, reforça essa tese ao afirmar que o momento atual *tornou imperioso o reconhecimento da validade das demandas de grupos humanos que não espelhavam exatamente o homem universal apetitivo do mundo liberal ou o proletário universal do ideário marxista (ao menos de um marxismo mais ortodoxo), mas que nem por isso, deixavam de gerar demandas alternativas democráticas e, não menos, contraditas com o movimento de acumulação capitalista.*

2. UM OLHAR A PARTIR DAS MULHERES

Tomar as mulheres como categoria de análise exige um olhar para os diferentes grupos populacionais percebendo-os como construídos também a partir das relações sociais de sexo e de gênero, ou seja, as relações entre o grupo social ‘homens’ e o grupo social ‘mulheres’, que são relações marcadas pela dominação e exploração.

Embora essas relações sociais tenham expressão cotidiana na vida pessoal, não estamos propondo uma análise a partir de relações interpessoais entre homens e mulheres, e, sim, em buscarmos perceber como e por que o grupo social ‘mulheres’ possui menos poder e menos valor que o grupo social ‘homens’, e que relação essa situação de desigualdade tem com as condições ambientais e, consequentemente, com o modelo de desenvolvimento.

Partimos do reconhecimento que nós, mulheres, não somos todas iguais. Há no grupo social ‘mulheres’ diferenças e desigualdades. Não podemos compreender a realidade social de mulheres brancas, ligadas a famílias proprietárias de grandes fortunas ou mesmo de classes médias abastadas, da mesma forma que vemos a realidade de mulheres negras, vivendo em situação de pobreza, majoritariamente assumindo sozinhas as responsabilidades com os filhos e filhas.

Temos de reconhecer que nós, mulheres, vivemos experiências comuns que se dão pelo fato de sermos mulheres, por exemplo, a ausência de

poder no mundo público, a responsabilização pela família, a subordinação à violência doméstica e sexual, o controle sobre o corpo, a sexualidade e a reprodução (CAMURÇA, 2007).

Esses elementos, como evidências da manutenção do sistema patriarcal imbricado ao sistema capitalista, demonstram a permanência da manutenção da dominação dos homens sobre as mulheres e torna possível tomarmos essa categoria como um dos instrumentos de análise da realidade de injustiça ambiental que atinge predominantemente grupos étnicos e racializados.

É fato que os problemas ambientais atingem majoritariamente os grupos populacionais de maioria negra, mas o racismo ambiental no Brasil precisa ser analisado também a partir do sexismo, uma vez que é sabido que as populações negras, moradoras das periferias das grandes cidades, vivem majoritariamente em famílias sob responsabilidade feminina. Então, é sobre as mulheres negras que recaem os maiores prejuízos da crise ambiental.

O conceito de 'divisão sexual do trabalho' nos ajuda a pensar a inserção das mulheres no mundo do trabalho e como ela é agravada em situações de injustiça ambiental. Segundo Kergoat,

(...) a divisão sexual do trabalho tem por características a designação prioritárias dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, como também, simultaneamente, a captação pelos homens das funções com forte valor agregado (políticos, religiosos, militares etc.). Esta forma de divisão social tem dois princípios organizadores: o princípio da separação (há trabalhos de homens e trabalhos de mulher) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem 'vale' mais que um trabalho de mulher). (KERGOAT, 2009)

Isso se expressa na imposição do trabalho doméstico às mulheres, no fato de receberem menor salário por trabalhos iguais aos dos homens, por terem de cumprir uma jornada extenuante e bem maior que a masculina – quando se soma o trabalho fora de casa e dentro de casa – e por ser maioria nos postos informais de trabalho, sem garantia de proteção social, ou seja, sem direitos trabalhistas e previdenciários.

A responsabilização das mulheres pelo trabalho doméstico é injusta em qualquer situação; porém, nos contextos em que essas atividades se tornam mais difíceis pelas condições ambientais e nos momentos em que a saúde das pessoas residentes no domicílio fica comprometida por elas serem obrigadas a conviver com a degradação ambiental, essa injustiça é fortemente agravada. Além disso, a precarização do trabalho feminino, e em especial das mulheres negras, e sua inserção majoritária no mercado informal são, em si, situações de injustiça, dadas a ausência de direitos e as condições de periculosidade e insalubridade.

3. TRIBUNAL DO TRABALHO DAS MULHERES: DENÚNCIA DAS INJUSTIÇAS SOCIOAMBIENTAIS

Nas denúncias durante o seminário, vimos como a questão ‘trabalho’ pode ser um elemento importante para aprofundarmos a reflexão sobre a situação das mulheres em contextos de maior injustiça ambiental, nos quais elas enfrentam conflitos e se organizam para garantir o sustento familiar.

As pescadoras na baixada maranhense trabalham em campos alagados e vivem, há alguns anos, conflitos com os criadores de búfalos. Os búfalos são criados soltos, com acesso aos campos que se constituem em locais de trabalho para as pescadoras. Osana de Jesus Costa, presidente do Sindicato de Pescadores/as de Bacurituba, no Maranhão, disse no seminário que *o búfalo é muito prejudicial, porque degrada o meio ambiente. Quando ele fica nos campos, fica mais difícil para as pescadoras, porque é naquelas áreas que geralmente as mulheres pescam, à beira dos rios, e ficam impossibilitadas de continuar pescando.*

As quebradeiras de coco babaçu, mulheres que vivem e trabalham no território que abrange partes dos Estados do Maranhão, Pará, Tocantins e Piauí, enfrentam o latifúndio e o poder público local em defesa do livre acesso aos babaçuais. Sebastiana Costa e Silva, do MIQCB – Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, reside no município de Lago do Junco, no qual o Movimento já conquistou uma legislação favorável à livre coleta do coco.

No encontro, ela falou a partir da realidade de outras mulheres que *ainda compram o coco de carrada porque não têm o livre acesso. Tem companheira que não tem a terra e é obrigada a quebrar o babaçu de meia: quebra 10 kg de coco, 5 kg é para o patrão, ela só tem direito a 5 kg. Ela não tem direito na casca para fazer o carvão, para cozinhar para sua família, ela não tem o direito de vender para quem quer, ela tem de vender para o vaqueiro da fazenda. Por isso a gente está nessa luta, tentando buscar liberdade para essas companheiras.*

As duas situações de trabalho descritas acima – pescadoras e quebradeiras de coco – mostram aspectos tradicionais da dominação no Brasil, na qual os grandes proprietários de terra e pecuaristas tornam particular o que deveria ser um *bem comum* – extensas áreas alagadas e palmeiras nativas de babaçu – e, com isso, provocam enormes danos ao meio ambiente e às pessoas que organizaram suas vidas em torno da convivência com esse ambiente natural. As mulheres extrativistas precisam realizar seus trabalhos em uma distância média das residências, em função da dupla jornada, e é necessário garantir seu sustento a partir desse trabalho, porque, em geral, não há outra hipótese de sobrevivência.

Durante o Tribunal do Trabalho, foram denunciadas também outras situações bastante tradicionais. É o caso das raspadeiras de mandioca. Clécia Barbosa de Andrade, raspadeira de mandioca do município de Glória de Goitá, na zona da mata pernambucana, descreveu as condições insalubres nas quais se vê obrigada a trabalhar e demonstra também a imbricação cotidiana entre o trabalho extenuante com mandioca e o trabalho doméstico:

A mandioca vem de fora, chega à casa de farinha e esse carro é descarregado e colocado em caçuais, e depois é colocado em cada lugar para a raspadeira raspar. Cada caçuá desse é equivalente a 100 kg. Cada mulher pega no máximo uma tonelada de mandioca. Começamos de madrugada, entre duas e quatro horas da manhã. Quando dá cinco horas vamos para casa, fazemos nosso café, damos comida aos nossos filhos e voltamos para a casa de farinha. Ficamos lá até onze horas. Depois voltamos para casa, colocamos nossos filhos para o colégio e voltamos novamente para a casa de farinha,

sem hora de voltar para casa. Trabalhamos até a hora de acabar a mandioca – nove, dez horas da noite –, isso em situações precárias, sem água potável, sem um banheiro adequado, um ambiente sujo, às vezes nos machucamos e não tem um kit de primeiros socorros, não temos um lugar adequado para deixar nossas crianças. E também tem uma matéria-prima da mandioca, que é a maniveira, que agride muito o meio ambiente, poluindo as terras, que ficam impróprias para o plantio. Também às vezes, quando nós adoecemos, não temos condições de ir a um médico. Geralmente muitas de nós vão buscar água em açudes muito distantes, que passam uma ou duas horas para chegarem em casa com essa lata d'água, e água que não é nem de boa qualidade, não é potável, não é boa pra o nosso consumo. Daí temos de comprar água para beber, que custa caro. Nos sítios onde nós moramos tem também a água colocada por carros-pipa, só que não chega todos os meses. E pessoas que têm cisterna em casa têm de comprar. Cada carro d'água custa R\$ 60,00. Vocês sabem o que é isso para quem ganha, no máximo, por semana, R\$ 30,00 ou R\$ 40,00? Comprar água, pagar luz, comida, remédio e manter seus filhos na escola? Isso é muito difícil.

Maria Mendes, do Movimento de Mulheres Camponesas do sul da Bahia, falou das dificuldades que as agricultoras familiares e camponesas estão atravessando no enfrentamento com o agronegócio. Maria denunciou que as camponesas produzem alimentos e não conseguem garantir uma mesa farta e saudável por conta do predomínio da monocultura e da utilização de insumos químicos.

Todas nós, mulheres, a preocupação da gente é ver mesa farta, ver comida, ver nossos filhos com a barriga cheia. Quem de nós não pensa isso? O dia em que não tem o feijão para botar na mesa, a gente já não dorme bem, a gente fica preocupada. Em 2004, com essa preocupação, nós lançamos a campanha por alimento saudável. Por quê? Isso é para ser somado a tudo isso que a gente faz, o ovo da galinha que a gente cuida, que a gente põe na mesa, a nossa hortinha. Todo trabalho que a gente faz, isso tem de ser valorizado. E nessa campanha, a gente tem um desafio muito grande, porque hoje o modelo de produção capitalista, no qual o agronegócio se baseia, é o principal responsável pela crise que a humanidade hoje vive. Isso traz grandes prejuízos para o nosso meio rural. Muitas mulheres perdem o direito de ter a sua

hortinha saudável, porque muitas vezes o espaço onde vivem é pequeno e os grandes jogam veneno tão perto que acaba atingindo sua horta. E nós sabemos qual o mal que esse veneno faz para o nosso organismo. Quantas mulheres hoje sofrem de câncer? A nossa campanha tem esse objetivo: de valorizar essa alimentação que você faz, que você planta, que você colhe, que você guarda. O desafio a enfrentar é a grande monocultura que existe hoje, que afasta a pessoa das suas terras e que tira esse direito de plantar e ser livre, de ter essa capacidade de produzir o seu próprio alimento.

Elisa Pancararu e Lucicleide Maria de Oliveira denunciaram os impactos dos grandes projetos governamentais em áreas rurais sobre os povos indígenas e comunidades quilombolas. Para Elisa,

(...) os impactos que a construção de barragens deixa para os povos indígenas, o rastro de destruição, não é apenas a destruição do meio ambiente, vai além do espaço onde vivem as pessoas, onde vivem as árvores, onde vivem os animais. Eu destaco três aspectos de impacto: é uma destruição de vegetação, é uma destruição de animais, e é uma destruição cultural. É você tirar uma população do seu lugar de origem, do lugar dos seus antepassados, do seu lugar sagrado, do seu território, das suas crenças, da sua religiosidade, dos seus rituais sagrados. Então não é apenas mudar de um lugar para outro. É a relação de contato, é a destruição cultural. E a história dos povos indígenas deste País tem uma destruição enorme, sem tamanho, a partir do contato. E esse contato tem todo um contexto de prejuízo, tem a exploração do trabalho doméstico – aí eu falo diretamente relacionado às mulheres. Cresci vendo as mulheres caminhando todos os dias 10 km pra ir trabalhar de doméstica nas casas da cidade, ganhando menos que meio salário mínimo. Então hoje, 30 anos depois, esse contexto continua, a situação é a mesma.

Lucicleide falou da vida no quilombo Conceição das Crioulas e da transposição do Rio São Francisco.

Lá nós temos um artesanato. Para nós fazermos esses produtos, temos de nos deslocar das nossas casas para um mato bastante

longe, correndo o risco de ir buscar esse produto e não voltar mais, enquanto perto das nossas casas tem, mas nós não podemos entrar porque os fazendeiros estão sempre por perto. E como se não bastasse o problema das terras, vem o problema da transposição do Rio São Francisco. Infelizmente nós, quilombolas, somos uma das comunidades mais atingidas pela transposição do rio. Nós precisamos de água, sim, mas não dessa maneira. Por isso vamos lutar contra a transposição do Rio São Francisco.

A vida cotidiana de quem mora em áreas rurais e trabalha no cultivo e no extrativismo para garantir a alimentação familiar ou mesmo para comercialização em pequena escala é diretamente vinculada aos ciclos da natureza, às condições climáticas, de uso da água e da terra, de acesso aos lugares que possibilitam a produção e mesmo de deslocamento às localidades próximas que possibilitem algum acesso, ainda que precário, aos serviços públicos e ao comércio.

Nesse sentido, as mudanças climáticas, o modelo capitalista baseado no latifúndio e na monocultura, e a dominação masculina das condições de produção, aliada à desvalorização do trabalho produtivo feminino e à imposição do trabalho doméstico, geram condições muito adversas para a sobrevivência das mulheres e seus filhos, e para a possibilidade de conquistarem uma vida com autonomia, com direitos e que aponte para a perspectiva democrática de igualdade entre os sexos.

A intersecção permanente entre trabalho produtivo e reprodutivo na vida das mulheres na produção agrícola já foi demonstrado em várias pesquisas (SILVA, 2005), o que gera uma jornada extensa, extenuante e contínua em termos de tempo e, muitas vezes, de espaço físico. Um desafio é identificarmos como essa imbricação no trabalho das mulheres rurais, em condições precárias, agravadas pelos contextos de pico de injustiça ambiental, estão tornando ainda mais insustentáveis os modos de vida de inúmeros grupos populacionais e ainda mais dramática a situação das mulheres.

Um exemplo gritante é o caso das ribeirinhas do Amapá, vítimas de escalpelamento no único meio de transporte que permite deslocamento entre

as várias tarefas que têm de realizar na vida cotidiana: pequenos barcos com motores descobertos. A amapaense Rosinete Rodrigues Serrão narrou, no seminário, como isso acontece:

Eu morava num interior, sou ribeirinha, e o que eu tenho para falar é sobre as mulheres ribeirinhas e os acidentes que acontecem em barcos, no motor, em que as mulheres perdem o couro cabeludo. Eu sou vítima de escalpelamento, perdi todo meu cabelo. Hoje nós somos 89 mulheres na nossa associação. O escalpelamento acontece em barcos pequenos, que são meios de transporte que os ribeirinhos usam para se locomover nos rios. É como se fosse um carro. A gente utiliza o carro na cidade para fazer todas as nossas coisas. No interior, nós precisamos do barco para buscar nosso alimento, nossa questão de sobrevivência. Então, devido a não ter proteção no eixo do motor, acaba acontecendo o acidente. Passou lá por perto, escorregou, que nem o meu caso: eu escorreguei e caí sobre o eixo do motor, enrolando todo meu cabelo, perdendo total, ficando sem nada. É uma luta muito grande porque não tem nenhuma política para as mulheres vítimas de escalpelamento e a gente fica sem condição de fazer o trabalho na plantação ou na floresta, porque não dá mais pra tomar sol. Essas mulheres trabalhavam no interior, sofreram escalpelamento; por conta disso, mudamos do campo para a cidade, sem condições financeiras. Muitas vão morar em área de ressaca. Vocês sabem que áreas de ressaca são áreas alagadas, áreas de resfriamento das terras. Aí, o que acontece? Jogam a garrafa, o saco plástico, tudo que não se quer mais jogam nessas áreas, poluindo o meio ambiente. Então é uma preocupação muito grande e a gente não vê isso das autoridades, olharem para essas mulheres que sofrem com a qualidade de água que vai para as nossas casas. O que sonhamos para essas mulheres que moram nesses lugares? Sonhamos com trabalho, com justiça, de ter algum direito pelo que sofreram, e exigimos das autoridades a fiscalização dos barcos para que nenhuma mulher tenha de passar por isso de novo.

Um voo sobre as metrópoles brasileiras, sem recorrer sequer aos mapas, nos mostra a olho nu a relação entre desproteção ambiental e desigualdade social. São as periferias, onde reside o povo negro e pobre, as áreas escolhidas para plantas industriais com alto nível de poluição, para depósitos químicos

de alto risco, para ser receptáculo do lixo das cidades, e é lá também que se concentram os maiores índices de riscos provocados pelas catástrofes climáticas, como deslizamentos de encostas, inundações, entre outros.

O mundo inteiro vive a crise ecológica; porém, é um engodo pensar que ela atinge a todos igualmente. As populações que vivem em condições sociais mais precárias, sem garantias econômicas e sem poder político para se fazer ouvir, sofrem as maiores consequências dessa crise.

O modelo de produção dos conglomerados urbanos é destruidor do ambiente e das condições de vida. Exemplo disso é a situação do lixo. São cada vez mais perceptíveis a inviabilidade dos aterros sanitários e a necessidade de uma política pública voltada para a reciclagem. Antonia Cláudia Castro Vieira, do Ceará, trabalha como catadora de material reciclável em Fortaleza, atividade que realiza sem as mínimas condições sanitárias e sob forte preconceito das classes médias urbanas. Situações semelhantes podem ser vistas em todas as grandes cidades. É ela quem fala:

Eu trabalho durante o dia, coletando nas casas, e de noite, quando estou com muito serviço, eu também trabalho coletando. Pego a carroça às seis horas da manhã e vou até duas horas da tarde, e também de três horas da tarde até meia-noite ou uma hora da madrugada. No meu trabalho, rodo a cidade inteira. Eu conheço Fortaleza de cor e salteado (...) Nosso trabalho é digno, nosso trabalho é limpar a cidade, só que a nossa prefeita não reconhece isso, ela não dá o nosso direito. Se um catador adoecer, ele ali fica doente, porque ele não tem condições de ir para um hospital, não tem condições de ser atendido por um médico, porque ele não paga imposto nenhum, não paga nada. Quer dizer, um catador é escravizado. Nós temos casos de duas catadoras, uma vive com problema de saúde, de câncer. Nós não temos condições de dar uma vida melhor para ela. Ela está na fila de espera. Nós temos outra catadora que perdeu a força da mão porque carregava muito peso e tem uma idade avançada. Já tentamos botar para ela se aposentar, mas não estamos conseguindo, e é nessa luta aí que estamos lutando para a gente conseguir dar direito aos nossos catadores e catadoras do Estado do Ceará: ter o direito de entrar dentro de um hospital para ser consultado, porque temos problema

de saúde e não temos para onde recorrer nesses nossos direitos. Lá em Fortaleza, nós somos muito massacrados pelos deposeiros, nós somos muito humilhados pela sociedade. Dia de folga, a gente briga, a gente grita, a gente alarma, mas eles não fazem nada pela gente. Claro, né, eles têm o carro deles, eles têm o emprego deles, decente, e nós que temos de correr atrás. Nossa catação é que faz nós botarmos o nosso prato na mesa! Eu tenho oito filhos e eu luto pelos oito filhos. O pai deles não dá nem um palitinho de fósforo queimado, mas eu não vou atrás, sabe por quê? Porque eu tenho meus braços, eu tenho minhas pernas e tenho minha vontade de lutar pelos meus direitos, e eu vou um dia vencer essa luta e eu vou conquistar e botar um prato de comida na mesa para os meus filhos, porque são a razão da minha vida. Se eu luto pelos meus direitos, eu luto pelos meus filhos, e essa é minha vontade que eu vinha ver aqui junto com essas mulheres.

O depoimento de Antonia Cláudia demonstra como as condições urbanas se articulam com a situação ambiental e como essa articulação envolve pessoas trabalhando em condições de total desproteção e com danos enormes à saúde. No caso das mulheres, a determinação patriarcal da responsabilização pelos filhos e as condições específicas de ausência de saúde colocam exigências para os movimentos sociais. Diversos Movimentos de Mulheres, do campo e da cidade, estão articulados e em luta pelos direitos previdenciários para todas, independentemente de vínculo formal de trabalho (ANDRADE, 2007).

A situação das cidades, já bastante grave pelo modelo de ordenamento urbano e de consumo implementado nessa fase do capitalismo, se deteriora a cada dia com o impacto dos grandes projetos de urbanização e de turismo. A cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, é um exemplo de como os projetos turísticos, voltados para o consumo em larga escala, não levam em conta a preservação da natureza e muito menos das populações que vivem em áreas consideradas nobres pela sua beleza e pelas possibilidades que apresentam de serem transformadas em mercadoria.

O exemplo de Natal é apenas um entre tantos nos quais a articulação entre Estado e empresas turísticas coloca em risco os recursos naturais e a sobrevida

da população pobre. Graça Leal fez essa denúncia no seminário sobre os impactos do turismo na vida das mulheres da praia de Ponta Negra, em Natal, e como elas estão se organizando e adaptando o seu trabalho, que lhes garante o sustento cotidiano, para adequarem-se aos empreendimentos hoteleiros.

As mulheres de áreas de praias na cidade de Natal estão construindo alternativas de sobrevivência frente aos empreendimentos turísticos devastadores da natureza e dos modos de vida. A primeira catástrofe da vila de Ponta Negra aconteceu há 40 anos atrás quando eram apenas 70 sítios voltados para o Rio Giqui. Aí foi criada a Barreira do Inferno, passaram um trator por cima de todos os sítios, e muitos homens e mulheres morreram porque não aguentaram aquilo. A Barreira do Inferno é onde lançavam os foguetes, não sei se vocês sabem, que foi criada pela ditadura militar. Passaram por cima de todos os sítios e as pessoas não tiveram outra alternativa senão voltar para a praia. As famílias desceram e foram trabalhar na praia, em pequenos barracos. Um belo dia, mais uma vez em nome da urbanização, porque era feio, eram barracos de madeira, o governo do estado derrubou todos os barracos e devolveu essas famílias para a vila de Ponta Negra. Devolveu sem nenhuma formação, ninguém tinha formação em nada, 95% era de pessoas analfabetas, e aí os homens foram embora, os que restaram viraram alcoólatras, e ficou um bairro de mulheres sem saber o quê fazer, um contingente de miséria extrema (...) Daí nos organizamos e começamos a pensar em um trabalho. Que trabalho era esse? Criação de hortas comunitárias, aprender a fazer geleias, doces e licores. As mulheres não queriam ser manicures nem aprender a fazer biscuit, nem cabeleireiras. Eu achei ótimo, porque é isso que o Estado oferece sempre. Por conta dessa decisão, nós avançamos.

A metodologia do tribunal do trabalho das mulheres em situação de injustiça ambiental possibilitou ouvir as mulheres, perceber as condições de vida, favorecer com que os diferentes grupos que estão resistindo ao agravamento da crise ambiental trocassem informações entre si e se fortalecessem em suas lutas em torno dos direitos ao trabalho e ao meio ambiente saudável.

Os debates nos mostraram como o ‘trabalho’ é um elemento articulador da vida, mas demonstraram também que por ‘trabalho’ as mulheres não entendem

apenas aquilo que gera renda, mas todo o esforço envolvido na produção do viver. É essa dimensão que precisamos articular ao debate sobre justiça socioambiental.

A questão da territorialidade, de impactos sobre populações tradicionais e/ou grupos étnicos e de racismo ambiental são elementos importantes nesse campo de reflexão que o feminismo vem incorporando, mas a noção de trabalho, incluindo produção e reprodução, se apresenta como um elemento importante para compreender a situação diferenciada das mulheres, como categoria social, na problemática do meio ambiente.

A ideia de justiça socioambiental possibilita analisar diferentes situações, tanto nas áreas urbanas como rurais, e pode contribuir para a compreensão de distintos problemas a exemplo das mudanças climáticas, das catástrofes ambientais, da escassez de água, e para ampliar as mobilizações contra os projetos de desenvolvimento voltados para acumulação do capital em detrimento da manutenção da vida e da cultura das populações atingidas.

Porém, é necessário analisá-la a partir das relações sociais de classe, de gênero, de raça e etnia, a fim de criar as condições para ouvir os diferentes sujeitos envolvidos nos conflitos e/ou que oferecem resistência cotidiana aos impactos da crise, buscar compreender como vivem e como analisam as situações, e que alternativas se propõem a criar para a manutenção da vida.

Para o feminismo, interessam alternativas que ao mesmo tempo criem condições ambientais para a continuidade da vida humana em termos saudáveis, mas também que possibilitem a alteração das relações sociais, proporcionando condições de igualdade entre homens e mulheres, pessoas negras e brancas.

No nosso horizonte político está autonomia das mulheres e a transformação social. Nessa perspectiva democrática de construção de 'um outro mundo possível', a aproximação entre movimentos feminista, negro e ambiental é um caminho possível para fortalecer as lutas por justiça socioambiental articuladas aos movimentos urbanos e rurais.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do A. e BEZERRA, Gustavo das Neves Bezerra. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro, Garamond, 2009, pp. 16.

ALMEIDA, Alfredo Vagner Berno de. Os fatores étnicos como delineadores de novos procedimentos técnicos de zoneamento ecológico-econômico na Amazônia. *In*: ACSELRAD, H. *etti alli*. **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2004.

ANDRADE, Paula. Memória Fipps: Um fórum pelos direitos das mulheres na Previdência *In*: **Cadernos de Crítica Feminista**, ano 1, nº 0, dez 2007. Recife, SOS Corpo.

CAMURÇA, Sílvia. “Nós mulheres” e nossa experiência comum. *In*: **Cadernos de Crítica Feminista**, ano 1, n. 0, Recife, SOS Corpo, 2007.

KERGOAT, Daniele, citada por ÁVILA, Maria Betânia. **Divisão sexual do trabalho e trabalho doméstico**. Recife, SOS Corpo, 2009.

PAIXÃO, Marcelo. O verde e o negro: a justiça ambiental e a questão racial no Brasil. *In*: ACSELRAD, H. *etti alli*. **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2004.

SILVA, Carmen. **Nosso Trabalho tem valor! Mulher e Agricultura Familiar**. Carmen Silva; Maria Betânia Ávila; Verônica Ferreira (orgs.) – Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia/Movimento de Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste, ago.2005.



Movimento de mulheres e lutas socioambientais: experiências e desafios para o feminismo

RIVANE ARANTES

Formada em Direito, com especialização em Direitos Humanos pela UFPB, atua como educadora e pesquisadora do SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia.

Desde cedo nos acostumamos a pensar o meio ambiente como rios, florestas, montanhas, nuvens, animais, enfim, como algo dado, como natureza. Assim aprendemos na escola, na família, com os meios de comunicação sociais e com a ciência.

Nesse raciocínio, “o homem” foi pensado como aquele que mais legitimamente iria usufruir de suas riquezas, dominar sua ordem e criar novas leis, ou seja, “a ele” caberia a tarefa da transformação. Entretanto, mais recentemente, sobre este homem recaiu a responsabilidade pela degradação ambiental e pela quase inviabilidade da vida sobre a terra – era a sua condenação...

(...) o litoral passa a ser vendido como se nessa área... fossem áreas totalmente nativas, como se lá só tivesse praia, dunas, e as populações aí passam a ser completamente invisíveis (...)
(Valneide de Souza – Articulação de Pescadoras do Ceará)

Esta visão homogênea sobre o meio ambiente e sobre a humanidade nos levou a graves equívocos: uma natureza destituída de humanidade, uma humanidade subtraída das mulheres e, a supremacia dos seres humanos sobre a natureza. Nessa perspectiva foi muito fácil localizar no desperdício e na escassez dos bens naturais a centralidade da atual crise ecológica, desconsiderando totalmente os mecanismos que, não por acaso, submetem muito mais a risco, apenas um conjunto da população.

As lacunas desse modo de pensar têm fina sintonia com o depoimento de Valneide Souza acima mencionado. Este, mais que revelar a opção subordinada da inserção brasileira no modelo de desenvolvimento vigente, visibiliza a denúncia das mulheres da forma colonizadora e exterminadora com a qual o planeta tem sido habitado. O olhar diferenciado dessas mulheres revela ainda o estreitamento de perspectiva desse modelo, e sua incapacidade de constituir-se como alternativa de igualdade, justiça e liberdade para as pessoas, e acima de tudo, para nós mulheres.

É nessa ambiência que seguiremos refletindo sobre desenvolvimento e (in)justiça socioambiental, inspiradas na experiência de vida e luta das mulheres que participaram do I Seminário sobre Mulheres, Trabalho e Justiça Socioambiental¹, numa tentativa de perceber quais os desafios que as lutas ambientais implicam para o feminismo hoje.

Para isso, faremos um diálogo com as vivências de Valneide Ferreira de Souza, representante da Articulação de Mulheres Pescadoras do Ceará; Selma dos Santos Dealdina, representante da Comunidade Quilombola Córrego do Angelim no Espírito Santo; Maria do Socorro Ferreira da Silva (Papoula), representante da AMA - Articulação de Mulheres do Amazonas e Mariene Gomes de Almeida, representante do Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira Campo/Cidade - experiências de resistência que apontam luzes para nossa luta por liberdade, igualdade e justiça.

¹ Realizado entre os dias 21 a 23 de outubro de 2009 no Recife/PE e promovido pelo SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia em parceria com a AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras.

1. A EXPERIÊNCIA DE INJUSTIÇA QUE ATINGE AS MULHERES

...Viver é muito perigoso...

(Grande Sertão: Veredas – Guimarães Rosa)

... e para as mulheres então...

Nós mulheres sabemos que nossas vidas têm sido marcadas desde sempre (e por vezes a sangue) por injustiças, exploração e sofrimentos. Um cotidiano de escassez tem nos condicionado a uma experiência de solidão, muitas restrições e falta de autonomia, comprometendo simultaneamente o espaço-existência simbólico, material e subjetivo.

No contexto brasileiro, essa situação só se complexifica.

À medida que escutamos mais a realidade, reconhecemos na intersecção de gênero, raça e classe social, a perversidade que atinge todas as mulheres, mas que amplifica esse sofrimento para o maior contingente delas – o de nós mulheres negras, facilmente identificadas nas quilombolas, ribeirinhas, pescadoras, marisqueiras, quebradeiras de coco, cortadoras de mandioca, de cana-de-açúcar, catadoras de material reciclável, etc., o mesmo ocorrendo com as mulheres indígenas.

Isso não é somente um diferenciador e, inevitavelmente, um graduador de experiências de dor entre nós mulheres, mas um demarcador da sutileza da violência praticada contra todas as mulheres deste País, a pretexto de uma convivência natural e até, cordial.

Ora, o modelo de desenvolvimento em curso no Brasil é profundamente marcado por esses sentidos, e ao se restringir a uma perspectiva meramente econômica, contribui para qualificar as situações de injustiça que punem distintamente a vida de nós mulheres.

Sob essa lógica, o desenvolvimento que aqui se opera, se limita ao crescimento econômico sem, contudo, distribuir a riqueza produzida também pelas mulheres, e sem que essas participem como sujeitos das esferas decisórias do Estado e do mercado – nós somos apenas peças da sua engrenagem. Evidente que esse processo também é viabilizado pela

ação dos governos, não como uma política pública submetida à participação social, mas como programa pontual, orientado apenas pela pasta financeira, e num proposital hiato com as políticas sociais.

Isso significa que, para esse tipo de desenvolvimento o que menos interessa são as pessoas, e menos ainda nós mulheres, pois, ao se processar por meio da dominação da natureza e colonização das pessoas, particularmente dos povos originários, que têm nas mulheres um referente importante, acaba por capturar o presente de mulheres e homens, mas compromete significativamente o cotidiano de nós mulheres, já que a nós cabe, além das atividades de produção numa ambiência de capitalismo, a exclusividade na obrigação do cuidado e das tarefas domésticas.

É o que denuncia Selma Dealdina, quilombola da Comunidade Córrego do Angelim, no Espírito Santo *e a tática do poder... que é um poder machista, um poder racista, um poder que não respeita a mulher dentro de seu contexto geral, e isso a gente vê lá no Sapê do Norte, não só no Espírito Santo, mas que a luta quilombola ela é formada e puxada por mulheres que não têm seu direito respeitado, que são violentadas verbalmente, violentadas no seu corpo, violentadas na sua luta, que não são respeitadas .*

Para esses programas, em plena vigência hoje no País, a meta é garantir a infraestrutura necessária para escoar a mercadoria e facilitar o acesso dos turistas, transformando tudo em exótico e objeto de consumo rápido. Sobre isso, o relato de Valneide de Souza da Articulação de Pescadoras do Ceará é bastante significativo, *em primeiro lugar, no PRODETUR se trabalhou o litoral leste. E agora, já no final da década de 90, início de 2000 começou o trabalho mais intenso no litoral oeste, e a prioridade dessas ações é melhorar a infraestrutura pra facilitar o acesso dos turistas, e aí, por conta disso, a gente tem uma degradação ambiental exagerada, assim por demais, por conta dessas estradas e de tantas outras obras necessárias ao turismo.*

Nessa perspectiva, o território em que as mulheres vivem - as praias, florestas, rios, sementes, vegetações, animais; a memória de sua história - a cultura, o sagrado, o jeito de ser e fazer; e as mulheres como território - seus

corpos, desejos, potencialidades e formas de organização, tudo é capturado, colonizado, subordinado, desautorizado, mercantilizado. Nesse sentido, continua Valneide de Souza, *começa o que a gente poderia chamar ai de 'o dismantelo'. Terras invadidas, populações tradicionais sendo expulsas, a degradação ambiental em alta escala por conta da infraestrutura necessária ao turismo que precisa ser feita, aculturação dos povos do mar.*

Ao se transformar tudo, pelo condão do mercado (mas com a anuência do Estado), em bem de consumo individual, as mulheres são desumanizadas e transformadas apenas em corpos, que trabalham exaustivamente, que cuidam como obrigação, que zelam, que “completam” a natureza, que embelezam a paisagem, e cuja identidade de nativa é cunhada como exótica, para se tornar mais vendável e atender, não a seus interesses e necessidades, mas aos do mercado...

Valneide de Souza segue denunciando, *e as mulheres? Ah, essas ai... elas têm um papel especial nesse contexto. Especial e fundamental digamos assim, porque elas viram os brinquedos, os objetos dos turistas que chegam ali... Afinal de contas elas nem são gente, porque elas são mais um elemento da paisagem que está ali no Ceará, e por conta disso ai, o tráfico, a exploração de menores, e tanta coisa ruim.*

Esse emaranhado de ações que degradam a natureza, expropriam as pessoas de suas terras e de si mesmas, esgotam as fontes naturais e exploram as mulheres e as meninas, é atravessado por velhas práticas cuja perversidade se revela por atingir, de maneira mais intensa, a vida de determinados grupos, inclusive entre as mulheres.

Estamos falando do racismo ambiental², que tem forçado comunidades negras inteiras, e na perspectiva do que estamos falando aqui, tem forçado o conjunto das mulheres negras, a sofrer desigualmente os impactos negativos do modelo de desenvolvimento em vigor.

² “Chamamos de Racismo Ambiental às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas. O Racismo Ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente através de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem.” (I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental - Niterói – 28 a 30.11.2005)

Selma Dealdina trás a experiência da Comunidade Quilombola Córrego do Angelim, *o negócio já não estava bom, eles então resolveram fazer o aterro sanitário dentro das comunidades quilombolas, ou seja, todo o lixo que a cidade produz tá sendo levando pra lá pra dentro dos territórios quilombolas, e pra ajudar ainda mais, agora nós temos o gasoduto da Petrobras, que furou as comunidades de fora a fora então, é cana, eucalipto, aterro sanitário e o gasoduto.*

Assim, o lugar reservado às mulheres pelos projetos de desenvolvimento continua sendo o de ‘servidoras’, numa perspectiva de sujeição e exploração, à medida que elas não passam de números a ser contabilizados (na condição de subtrabalhadoras e consumidoras), e não participam deles, senão, no máximo, como as maiores atingidas pelos seus impactos devastadores.

É o que Selma Dealdina continua denunciando, *daí a gente tem um crescente número de câncer, nós temos muitas mulheres, muitas mesmo, com câncer, ai imaginem onde vocês puderem, por causa dessa questão do veneno, de respirar, porque é pulverizado ... o veneno lá é jogado por cima, ou muitas vezes as mulheres que também têm esse trabalho pra cuidar dos brotinhos, lá, ‘dos eucaliptos, são elas que respiram na bomba. Então, elas respiram isso porque não têm nenhuma forma de proteção no trabalho.*

Com a gestão pública totalmente estruturada para garantir os interesses do capital em detrimento das pessoas, como demonstram as experiências narradas por Selma Dealdina, e *Valneide de Souza, respectivamente,*

(...) e as políticas afirmativas de bolsa-família, bolsa-escola, auxílio gás, etc., isso não chegou às comunidades. Assim como as crianças têm que caminhar 28 Km pra ir ao ponto mais próximo pra pegar um ônibus pra ir à escola, porque as crianças lá estudam à tarde, porque saem de casa 5 horas da manhã e chegam às 10h da noite (...);

(...) falta uma política fundiária de regularização das terras, principalmente das terras de praia, que nunca se encontrou uma definição. Essas terras que antes eram o espaço dos pescadores artesanais, onde se estabeleciam, nunca houve uma preocupação de regularizar isso porque nunca foram vistas como importantes (...).

Com a implementação de políticas econômicas em detrimento das sociais, vide relatos de Maria do Socorro Ferreira da Silva (Papoula) da Articulação das Mulheres do Amazonas e de Mariene Gomes do Movimento de Mulheres de Altamira Campo/Cidade – PA, respectivamente,

(...) em 1999 nós começamos uma luta contra a privatização das águas do Amazonas. Conseguimos barrar na primeira instância, ela não foi privatizada. Depois foi privatizada por uma empresa francesa chamada Suez. (...),

(...) só que a questão da saúde, a educação lá é quase inexistente, só acontece quando a gente entra na justiça (...) mulheres que passam um, dois, três meses esperando uma vaga num avião pra vir pra Belém pra curar o câncer (...).

As mulheres muito rapidamente se vêem expulsas de seus lugares de moradia e trabalho, de seus territórios ancestrais, se percebem fragilizadas pela morte da natureza, e pela obrigatoriedade de um trabalho precário, que não será o caminho de solução para os problemas vivenciados no cotidiano.

Além disso, todo o esforço de organização social no sentido do controle e da participação social contra esses projetos é minado pela frágil condição de vida das mulheres e cooptação de suas lideranças, bem como pela ameaça e criminalização de suas lutas, circunstância denunciada por Selma Dealdina, *até quando eu saí eram 100 o número de quilombolas processados, mas deve ter subido hoje... a gente tem muitos companheiros também que, cada vez que eles pisam dentro do território quilombola ou indígena, eles pagam 10 mil reais, eles não podem entrar lá, e isso eles fazem com os não-índios, com os não negros, ou seja, com os apoiadores das comunidades tradicionais.*

A nós fica evidente que nesse contexto, machismo e racismo continuam se conjugando e conformando o capitalismo à brasileira, e este, ao transformar tudo em mercadoria, destrói o meio ambiente, degradando e esgotando os recursos naturais; dizimando povos tradicionais, seus conhecimentos e culturas; constrói um padrão de consumo insustentável e transforma as mulheres em mão de obra barata (por vezes escrava), e objeto de exploração sexual.

Como vivenciar justiça socioambiental nessas circunstâncias - de racismo ambiental, de distribuição desigual dos impactos negativos dos projetos de desenvolvimento, de dominação das pessoas, de esgotamento da natureza e de coisificação das mulheres?

2. MULHERES E RESISTÊNCIA ÀS INJUSTIÇAS SOCIOAMBIENTAIS

Mas em meio a essas condições desfavoráveis, nós mulheres resistimos e nos deslocamos do lugar da dor, da escassez e da exploração para o lugar da luta por uma existência que nos dignifique. É desse lugar que as experiências a seguir estão falando.

No Ceará, estado da Região Nordeste do Brasil, os grandes empreendimentos para a chamada ‘indústria limpa’, como é conhecido o turismo de massa, bem como para a exploração da carcinicultura, incentivados nesse estado como projeto de desenvolvimento, nada mais trouxeram às comunidades litorâneas a não ser grilagem de terras; constituição de latifúndios; invasão e apropriação das terras tradicionais dos pescadores/as; desemprego; degradação ambiental com a construção de resorts, estradas e outros equipamentos de infraestrutura para o turismo; “aculturação dos povos do mar”; tráfico e exploração sexual de meninas e mulheres.

Pescadores/as e marisqueiras das Comunidades Praieiras de Curral Velho, Tatajuba, Maceió, Buriti de São José, Caetanos de Cima, Batoque e Prainha do Canto Verde, entretanto, criaram formas de resistência, identificando as violências que os uniam e se organizando no Fórum da Zona Costeira e no Fórum de Pescadores e Pescadoras. As mulheres, que perceberam a especificidade de sua situação, no contexto geral dessa experiência de exploração e expropriação, também constituíram formas muito próprias de resistência, por meio da Articulação de Mulheres Pescadoras do Ceará e da Rede Tucum³.

³ A Rede Tucum é um projeto pioneiro de turismo comunitário no Ceará voltado para a construção de uma

Elas buscaram se informar, conhecer as tecnologias de comunicação, articular-se com outras comunidades que padeciam dos mesmos problemas. Com isso, resgataram os modos tradicionais de sua cultura, denunciaram publicamente o problema, fizeram passeatas, e com a Rede Tucum, instituída em dez comunidades, criaram outra forma de promover o turismo – o turismo comunitário, que valoriza as formas de trabalho tradicionais, que visa apenas a sobrevivência e é gerenciado pelas próprias comunidades e mulheres. É o que nos informa Valneide de Souza,

O que a gente pode dizer é que a gente avançou, com certeza, porque se a gente chegar no Ceará e fizer um paralelo entre as comunidades que ofereceram resistência e as que não ofereceram, você vai perceber o distanciamento da realidade de umas pras outras, até porque as que não ofereceram, nem existem mais, e algumas delas foram jogadas lá pra os piores lugares... onde vivem sem qualidade de vida, sem infraestrutura, vivem não, sobrevivem. E nós, as comunidades que estão trabalhando com essas estratégias permanecem lá nos seus lugares, mantendo sua atividade de pesca, de agricultura, contando as suas histórias e construindo a sua história a partir dessa estratégia de resistência.

No Sudeste, temos a experiência de enfrentamento com a Aracruz Celulose, empresa internacional que se instalou no norte do Espírito Santo desde 1960, sobre o território de vários povos indígenas, agricultores e comunidades tradicionais quilombolas. Para se consolidar, a empresa teria adquirido terras tradicionalmente ocupadas por essas populações, plantando eucalipto onde antes havia casas e outros cultivos. A Comunidade Quilombola Córrego do Angelim relata a expulsão de várias famílias nesse processo (hoje contam com aproximadamente 1.200 famílias, onde antes haveria 12 mil).

Além do eucalipto, grande extensão desse território tradicional atualmente está cultivado com cana de açúcar, além de ser atingido por um aterro

relação entre sociedade, cultura e natureza que busque a sustentabilidade sócioambiental. (<http://www.tucum.org/oktiva.net/2313/secao/18723>)

sanitário e o gasoduto da Petrobras. As famílias da Comunidade Quilombola Córrego do Angelim, em sua maioria, chefiadas por mulheres, enfrentam muitas dificuldades para vivenciar os modos tradicionais de sua cultura, além do enfrentamento da realidade de múltiplas injustiças. Muitas mulheres perderam suas terras, suas culturas, havendo relatos de que perderam até seus filhos, além de terem desenvolvido doenças cancerígenas pelo trabalho nos campos pulverizados com agrotóxico sem o uso de proteção.

Há um intenso processo de criminalização das lutas empreendidas pelas lideranças quilombolas para a regularização de seu território, para a dignidade de suas vidas. Os relatos apontam a existência de pelo menos 40 processos judiciais contra aproximadamente 100 pessoas naquela região, entre quilombolas e outros defensores de direitos humanos que apoiam a causa.

Nesse contexto, a luta das mulheres quilombolas tem sido pela preservação de sua cultura e pela resistência ao medo: medo da luta que poderá ocasionar novos conflitos; medo dos conflitos, que poderão resultar em novas mortes e criminalizações; e medo do silêncio, que poderá invisibilizar uma infinidade de outras violências, quer no âmbito privado, como a violência doméstica, quer no público, no qual perversamente se conjugam o latifúndio/monocultivo/racismo/sexismo.

Essa resistência tem se expressado na organização e fortalecimento das mulheres quilombolas; na luta pela sua autonomia financeira; na articulação com outras organizações de mulheres, como a Articulação de Mulheres Capixabas e o Fórum de Mulheres da região; nas ocupações, como a ocorrida na Aracruz Celulose em 08 de março de 2009; e na denúncia pública das violências, no intuito de resgatar a dignidade de sua comunidade e impulsionar mecanismos jurídicos e políticos que garantam os direitos humanos das comunidades quilombolas na região e no País.

...que se plante eucalipto lá na Finlândia, lá na Holanda, lá na terra dele, agora, aqui não. A terra nossa aqui é pra produzir comida, é pra produzir a nossa alimentação, pra criar nosso gadinho. (Selma Dealdina)

Na Região Norte do país, somos informadas de um fenômeno natural que ocorre em Manaus quando do encontro das águas dos Rios Negro e Solimões chamado 'Encontro das Águas'. Essa é uma área farta em peixes e de importância econômica para os 400 pescadores e pescadoras que sobrevivem dessa atividade na região⁴. Mas empresas estão pressionando para a construção de um porto nessa localidade com vistas a escoar a produção daquele distrito.

Para enfrentar esse empreendimento, pescadores e pescadoras organizados/as em suas associações e sindicatos, bem como as mulheres fortalecidas pela Articulação das Mulheres do Amazonas (AMA), em audiências na Câmara de Vereadores, Assembleia Legislativa e Ministério Público, denunciaram a situação e seus impactos na vida daquela comunidade, inclusive a degradação ambiental anunciada e o aumento da prostituição, solicitando o tombamento daquele fenômeno ao IPHAM. Várias tentativas de cooptação das lideranças e ameaças aos apoiadores da causa teriam sido realizadas nesse processo, mas todos, principalmente as mulheres, que são maioria, organizadas na AMA seguem resistindo.

Ainda nessa região, outro projeto de grande impacto na vida das mulheres se avizinha. Trata-se do complexo hidroelétrico de Belo Monte, um empreendimento que remonta ao final da década de 1980, mas que foi viabilizado recentemente por meio do PAC. O projeto consiste na construção de barragem e instalação de usinas hidroelétricas no Rio Xingu. Estudos iniciais apontam que essa obra atingirá direta e indiretamente pelo menos 66 municípios e 11 povos indígenas na região (estima-se que mais de 25 mil pessoas em Altamira, Transamazônica e nas barrancas do Rio Xingu terão de ser deslocadas).

Especialistas informam que a construção dessa barragem é técnica e financeiramente inviável porque a quantidade de energia prevista só estará disponível três ou quatro meses durante o ano, sequer compensando o impacto nas populações quanto à drástica redução dos lençóis freáticos, perda da biodiversidade, e redução da vazão do trecho do rio afetado - pelo

⁴ É importante mencionar que nessa área existem em torno de oito bairros, onde vivem aproximadamente 40 mil pessoas que, direta ou indiretamente, serão impactados por essa obra.

menos 100 km do rio Xingu secará com a construção da usina, atingindo diretamente dois povos indígenas e centenas de ribeirinhos/as⁵. Os povos indígenas afirmam não terem sido consultados pelo governo brasileiro, embora essa seja uma obrigação apontada pela Convenção 169 da OIT – Organização Internacional do Trabalho.

Mas há 20 anos as mulheres em Altamira, organizadas em vários movimentos, e atualmente sob a sigla do Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira Campo/Cidade, também vêm resistindo a esse projeto.

Para isso várias ações foram desenvolvidas - “Xingu limpo”, “Xingu Vivo”, “Salve o Rio Xingu”, muitas vezes realizaram o “Abraço ao Rio Xingu”; celebraram parcerias com movimentos e organizações; realizaram audiências públicas; ingressaram com ações judiciais para impedir a realização da obra e denunciaram o Governo Brasileiro aos organismos internacionais⁶. Mariene Gomes é muito enfática, *se o complexo hidroelétrico de Belo Monte for construído não é só Altamira que vai ser destruída, não é só o Rio Xingu, são vários outros rios, são várias outras cidades, e somos muitas mulheres.*

3. AS PROMESSAS DO DESENVOLVIMENTO

Nesse curso de reflexão, para nós é imprescindível falar de justiça socioambiental a partir da análise do modelo de desenvolvimento que estamos vivenciando, seus impactos sobre a vida das pessoas, e das mulheres em especial, na relação com a natureza e com o projeto de sociedade nele embutido.

Muito tem sido dito e feito em nome do desenvolvimento neste País, muitas têm sido as perspectivas em disputa (desenvolvimento sustentável, local, humano, social), mas talvez a chave para sua compreensão seja justamente aquilo que tem sido silenciado.

A relação pobreza/não-desenvolvimento tem sido elevada à questão

⁵ Fonte: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=44041>

⁶ A licença ambiental foi concedida pelo Ibama sob forte pressão em fevereiro deste ano.

chave desse problema hoje, mas o depoimento e a ação das mulheres têm revelado a insuficiência dessa conjugação.

Os projetos de desenvolvimento implementados pelos governos, orientados e custeados pelas instituições financeiras multilaterais (BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, FMI – Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, etc.), sob o pretexto de combater a pobreza, e pelo interesse e metodologia apenas baseados no econômico, não fizeram mais do que ampliar as condições de exploração das pessoas e das fontes naturais, precarizando ainda mais a vida dessas, e ampliando o fosso da miséria.

Para Valneide de Souza, tudo estaria perfeito se fosse realmente o interesse das autoridades trabalhar essa história da miséria e da melhoria da qualidade de vida da população cearense, mas o que estava aqui em prioridade era o capital estrangeiro, a permanência desse pessoal no poder, a reeleição dos cargos e esse dinheiro aí do BID, que chegava com facilidade pra fazer o que bem queria e enriquecer poucos em detrimento da maior parte da população. E aí o litoral passou a ser vendido...

O que se vê é o mascaramento das reais intenções, a permissão para falsas expectativas quanto às oportunidades que os projetos trarão, a falta de debate coletivo em torno do que se está efetivamente produzindo, desenvolvendo, e acima de tudo, de seus riscos sociais. Aliás, risco social é o que não é contabilizado nesses processos, que se esmeram também, em constituir falsos conflitos entre os/as atingidos/as, em homogeneizar os impactos entre esses, e esconder os conflitos entre as pessoas atingidas e as instituições que os ‘propõem’ (governos, empresários...).

Mais uma vez, Valneide de Souza nos alerta, *quando a gente pensa que viu tudo, chega essa história da carcinicultura com vários conflitos, desmatando os manguezais, poluindo, salinizando o lençol freático, a destruição do ecossistema por conta da interferência na cadeia produtiva, e a fome, e a miséria, e o desemprego, porque as pessoas que viviam lá do manguezal, da pesca e da mariscagem não têm mais de onde tirar o seu sustento. E como se não bastasse, por fim chegam as eólicas, que era até pra ser um projeto legal, de energia*

limpa, etc. e tal, mas a forma que eles chegaram acabando com tudo, destruindo as dunas, aterrando lagoas, aterrando completamente a paisagem e a vida das pessoas que ali vivem...

Até onde sabemos, as medidas legais de avaliação de impacto ambiental - Estudo de Impacto Ambiental (EIA)⁷, que precedem a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, prevista no art. 225, da Constituição Federal, não têm englobado, pelo menos com a suficiência necessária, os impactos sociais sofridos inevitavelmente pelas pessoas. E, embora esteja prevista a participação social nos processos de licenciamentos ambientais, a exemplo das audiências públicas, as comunidades que vivem nos locais que serão atingidos pelo empreendimento, não têm suas proposições e interesses acolhidos.

Para piorar, em julho de 2008, sob a justificativa da desburocratização, o Ministério do Meio Ambiente lançou um pacote de medidas que previa tornar mais ágil o processo de aprovação de licenças ambientais e de reduzir prazos e etapas no processo. Tais circunstâncias, evidentemente, atendem em cheio ao tempo dos interesses dos empreendedores em detrimento da necessidade da população atingida.

No mesmo sentido, também não são realizadas análises mais profundas, que possam visibilizar as consequências para o exercício dos demais direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais das pessoas atingidas pelo empreendimento. A sociedade civil organizada⁸ é que vem discutindo, mais recentemente, a necessidade de novos instrumentos de monitoramento dos impactos dos grandes projetos, sob a ótica dos direitos humanos, tendo

⁷ O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é um instrumento de avaliação de impacto ambiental, realizado por meio de equipes multidisciplinares, em que são identificados e mensurados os impactos efetivos e potenciais que um determinado projeto poderá causar no ambiente, assim como apresentar medidas mitigadoras. O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) é o relatório que reflete todas as conclusões apresentadas num EIA. No Brasil o EIA/RIMA é previsto na Constituição Federal e, dentro da política nacional do meio ambiente, é regulamentado pela Resolução N.º 001/86, de 23 de Janeiro de 1986 do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente. O EIA/RIMA faz parte do processo de Licenciamento ambiental. Uma vez aprovado o RIMA em Audiência Pública, o órgão ambiental emite a Licença Prévia. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Estudo_de_Impacto_Ambiental.

⁸ O MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos está desenvolvendo uma metodologia para novos instrumentos de monitoramento quanto aos impactos dos grandes projetos sob a ótica dos Direitos Humanos chamado Estudo e Relatório de Impacto em Direitos Humanos (EIDH/RIDH). Fonte: http://www.mndh.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1117&Itemid=45

conseguido pautar o governo sobre tal necessidade, que acabou por incluir no PNDH 3, os direitos ambientais nos relatórios de monitoramento sobre direitos humanos, e estes, nos relatórios ambientais. De igual modo, o fomento a pesquisas de tecnologias socialmente inclusivas, e a participação ativa das populações atingidas diretamente pelos projetos, nas decisões que afetam diretamente suas vidas⁹.

Como visto, tudo ainda está no campo da disputa social e da construção. Mas, para bem entender como isso se processa na prática, precisaremos conhecer o que está sendo experimentado no Brasil hoje.

Assim, o que está oficialmente em vigor como projeto de desenvolvimento é o chamado PAC – Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Lula. Como o título informa, trata-se de um programa de governo que visa o crescimento econômico. A nós está longe de se configurar como uma política pública de Estado, que conduza a outra perspectiva de desenvolvimento, ambientalmente sustentável e socialmente justa.

No PAC o governo definiu três eixos que considera estruturantes para o investimento no País: transporte, energia e infraestrutura social e urbana (habitação e saneamento). Tratam-se, na verdade, dos eixos que organizam a política econômica em vigor, baseada no agrohidronegócio exportador, exploração ilimitada dos recursos naturais, alto padrão de consumo, financeirização da economia e superexploração das pessoas.

Mas, passados dois anos da implantação desse programa já estamos percebendo que a preocupação com a sua justificativa – desenvolver o País para melhorar as condições de vida das pessoas, demonstrou-se insuficiente. Por trás do PAC, mesmo considerando um visível aumento nas taxas de emprego nas regiões de sua maior incidência, está a meta de viabilizar o pagamento dos juros da dívida pública por meio da intensificação da política de superávit primário, operando reiterados cortes nos investimentos

⁹ Eixo orientador II – Desenvolvimento e Direitos Humanos do Plano Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3 (Decreto nº7,037 de 21.12.2009).

sociais, particularmente no setor de previdência social¹⁰.

Este é, para nós, um dos elementos mais graves nesse projeto - o deslocamento dos recursos que deveriam ser gastos com políticas sociais de educação, saúde, trabalho, cultura, etc., para os setores que garantam as condições materiais para as empresas transnacionais, principalmente, lucrarem com suas atividades no País.

Em nome desse tipo de crescimento, o modelo econômico em vigor é reforçado com o estímulo ao agronegócio e nenhuma medida no sentido da reforma agrária e urbana. Ao contrário, muitas legislações têm sido modificadas, particularmente a ambiental e até a constitucional, com vistas a permitir, por exemplo, mais licenciamento ambiental para o tipo de atividade predatória que é estimulada por esse modelo.

Não é a toa que a partir daí se acelera a execução de grandes projetos de alcance nacional, mas de intensos riscos para nós, cidadãos e cidadãs, no ambiente local. É exemplo disso a Barragem de Belo Monte no norte do País, a Transposição das Águas do Rio São Francisco no nordeste; os projetos de energia eólica no semiárido e no litoral cearense; o investimento em empreendimentos imobiliários para o turismo de massa no litoral nordestino; a transnordestina no sertão de Pernambuco; e o complexo do Porto de Suape no litoral do mesmo estado.

Além desses, há o Programa Minha Casa, Minha Vida que, constituído no bojo do PAC, visa, na melhor das hipóteses, propiciar oportunidades de empregos sazonais na construção civil, que fomentadar o direito à

¹⁰ "A DRU é um mecanismo que permite ao governo federal utilizar como quiser 20% de toda a receita federal. (...) Esses recursos deveriam ser canalizados em favor da sociedade, em obras de infraestrutura e criação de emprego. No entanto, são direcionados para os rentistas, credores da União. As políticas sociais mais prejudicadas pelo mecanismo da DRU sempre foram a Seguridade e a Educação. Vejamos alguns números. Em 2005, foram desvinculados R\$ 33 bilhões da Seguridade Social, portanto das políticas de Saúde, Previdência e Assistência Social. Em 2006, as receitas desviadas alcançaram de R\$ 34,2 bilhões, em 2007 cerca de R\$ 38,8 bilhões e no último ano, em 2008, o equivalente a R\$ 39 bilhões. Portanto, em apenas quatro anos foram desviados para outras finalidades mais de R\$ 145 bilhões. Esses recursos entraram nos cofres públicos para serem aplicados nas políticas de Assistência Social, Previdência e Saúde, mas foram canalizados para o orçamento fiscal, principalmente a composição do superávit primário. Na Educação, estima-se que os mecanismos de desvinculação de recursos (FSE, FEF e DRU) retiraram, em 12 anos e em valores corrigidos pela inflação, R\$ 72 bilhões." (Análise da Seguridade Social 2008. / Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. Brasília: ANFIP, 2009, pg. 50)

moradia para quem dela precisa. Todas, obras com impacto socioambiental devastador dos povos originários, das populações negras, das mulheres, do meio ambiente, e sem nenhum retorno mais duradouro para essas pessoas.

Essa experiência recente nos informa que tratar desenvolvimento como programa de governo e não direito humano e política de Estado; restringi-lo à técnica, despolitizando a economia; limitá-lo a crescimento econômico sem distribuição de riqueza; subtrai-lo da decisão da sociedade; desconsiderar que a crise ambiental não é vivenciada igualmente pelas pessoas e, ainda, forçar uma corresponsabilidade de todos/as, como se todos/as fossem responsáveis igualmente pelo problema, contando como única justificativa a escassez dos recursos naturais, é condenar o presente de populações inteiras e limar, a priori, gerações que ainda não existem, mas que têm direito de existir.

4. DESAFIOS PARA O FEMINISMO

Desde essas reflexões, a nós fica evidente que os desafios sob uma perspectiva que considere as mulheres são grandes e têm dupla direção, vão no sentido de quem milita nas lutas ambientais, principalmente as que a percebem como justiça socioambiental, e vêm na direção das mulheres que têm no feminismo o seu modo de habitar o mundo.

O diálogo entre essas lutas durante o Seminário nos permitiu perceber algo que é estruturador para o que aqui pretendemos – o lugar que as mulheres ocupam na reflexão e na ação para a garantia da justiça socioambiental.

Para o feminismo é ponto de partida (e não, de chegada), que as mulheres sejam sujeitos. Assim, compreendendo o feminismo simultaneamente como um movimento político e uma teoria crítica, nos forcemos a visibilizar as mulheres reais nos contextos dos programas de desenvolvimento, nas explicações até então construídas para justificá-los, bem como nos seus impactos, e nas lutas por justiça socioambiental.

Então, ao olharmos esses vários contextos considerando as mulheres,

observaremos que elas não são suficientemente percebidas como dado da realidade; como grupo populacional que compõe nada menos que mais da metade da população total do País; como grupo de pessoas que ainda sustenta, com seu trabalho e cuidado com a família, o trabalho e a vida de toda a humanidade, como bem nos lembra Betânia Ávila. Refiro-me àquele que se exerce no espaço privado, e que torna possível todas as grandes intervenções que o humano realiza sobre a natureza e sobre as próprias pessoas, sob a justificativa do desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida.

Nessas circunstâncias, as mulheres também não são percebidas como aquelas que, por essa condição, criaram outra relação com os recursos naturais, os animais, os fenômenos climáticos, e as próprias pessoas, constituindo de fato, em muitas situações, como as dos povos originários, um saber ver e um saber lidar, sustentado no respeito e na integralidade.

Imaginemos o tamanho da volta que teremos de dar, para forçar um pensamento de nós mulheres como parte da solução para a injustiça socioambiental...

Como todas as lutas sociais, o esforço de mobilização social ocorre quando da vivência das violências e mais, quando essas se tornam problemas públicos. Assim também nas lutas por justiça socioambiental, a indignação e a força política são construídas quando se identifica a experiência comum dos/as atingidos/as pelos impactos negativos dos projetos de desenvolvimento, quando se constitui a identidade de vítimas-atingidas, quando essas se juntam em redes, quando novas explicações e proposições são construídas a partir da conjugação desses elementos e, principalmente, quando os/as atingidos/as se deslocam dessa condição de vítima para o lugar de sujeitos de direitos.

Assim, observamos que na análise da problemática da injustiça socioambiental, ainda impera como chave de leitura da realidade, apenas elementos em torno da situação de pobreza, condições de vida, relação capital-trabalho, incorporando apenas a dimensão de classe como constitutiva dessa análise. Não é por acaso que a pobreza tem sido cantada em prosa e verso

como o problema para o qual o desenvolvimento se propõe a ser a solução. Há também um esforço, ainda que em processo, em torno da centralidade da raça como condicionante da distribuição desigual dos prejuízos decorrentes daquelas atividades, com a reflexão em torno do racismo ambiental, mas nada ainda que supere a perspectiva do diagnóstico e assuma, com a devida suficiência, os prejuízos sofridos pela população negra decorrente do racismo.

Creemos que a percepção sobre nós mulheres na base de análise do problema é, também, muito insuficiente. A leitura em torno das situações de injustiça socioambiental não só praticamente nos exclui da condição de atingidas e restringe o problema do impacto ao âmbito dos recursos ambientais, como se esgota na identificação 'do agravamento do problema para as mulheres negras', silenciando sobre circunstâncias que são fundamentais para a análise das singularidades de nossas vidas.

É exemplo disso a questão do trabalho. Nos projetos de desenvolvimento apenas é considerado trabalho aquele que se relaciona com a esfera da produção, sendo tratado nesse contexto como 'o plus', o bônus do projeto, ignorando-se totalmente sua capacidade de exclusão, ao invisibilizar como operam os mecanismos de racismo e sexismo. Não há, nessa perspectiva, nenhuma menção ao trabalho desenvolvido pelas mulheres no interior de suas residências – o trabalho doméstico, nem as peculiaridades com as quais esse trabalho é produzido fora de casa, ao se tratar de mulheres negras.

Assim, um duplo desafio para o feminismo, nesse contexto, é insistir no alargamento da interpretação da sociedade, para reconhecer nas mulheres as que mais foram e têm sido atingidas pelo modo de organização que sempre cultivou como medida de valor o universo masculino e branco. Modo, aliás, que confinou parte delas no espaço doméstico e jogou a outra parte - as mulheres negras, nos becos e ruelas, e que as responsabiliza até os dias de hoje pelas tarefas domésticas e cuidado com a família, inclusive das outras pessoas, como no caso da maioria das mulheres negras.

Ao considerar essas questões como parte do que sustenta a organização da sociedade, imediatamente entenderemos que, com a dupla jornada vivenciada

pelo conjunto das mulheres hoje, com a dependência dos recursos naturais (a exemplo da água), com a falta de investimento em políticas sociais (saneamento, creches, escolas em tempo integral, lavanderias, transporte, etc.), e com os mecanismos de racismo ambiental, nós mulheres, somos as que mais sofrem com os impactos negativos dos projetos de desenvolvimento - a poluição ambiental, a escassez dos recursos naturais, a exploração da mão de obra, o deslocamento dos investimentos públicos do social para o econômico, as mudanças climáticas, etc., numa conformação de um tipo de exploração muito particular – a exploração dos nossos corpos e sobre os nossos corpos...

Ora, se a análise das injustiças socioambientais retratar as condições em que nós mulheres vivemos, e enxergar os impactos causados diretamente em nossas vidas, há de reconhecer em nós também, a condição de destinatárias do direito ao desenvolvimento. Isso trás como consequência o direito de participarmos como sujeitos das definições em torno dos projetos que nos atingem e a possibilidade de questionarmos, por exemplo, a noção de trabalho, bem estar, qualidade de vida, e oportunidades embutidas neles, além de criticar a forma como nós mulheres nos inserimos nesses projetos – essa é a outra ponta do duplo desafio.

Mas a questão está longe de se esgotar aqui. Parece-nos que também está na base dessa concepção uma visão de meio ambiente como algo que não inclui as pessoas – digo as pessoas como sujeito. Certamente, essa perspectiva se sustenta numa noção estanque, biologizada e hierarquizada da natureza e das pessoas, que termina por só enxergar os recursos naturais como o elemento central do meio ambiente, retirando o humano desse universo, ou pior, reservando às pessoas, na sua condição individual, a responsabilidade pela degradação e preservação ambientais.

Com isso, se mistifica o problema e a solução. Impondo a responsabilidade pela degradação ambiental às pessoas individuais, e não, ao padrão de consumo do tipo de desenvolvimento exigido pelo capital, perde-se a oportunidade de responsabilizar as grandes empresas predadoras e o Estado que as beneficia, culpabilizando integralmente os cidadãos e cidadãs, e nos

responsabilizando exclusivamente pela obrigação coletiva da preservação.

Essa posição é difusa e, a nosso ver, não contribui em nada para a solução do problema, porque não questiona o modelo de desenvolvimento em vigor, e ainda fornece argumentos para criminalizar as pessoas, inclusive as que têm tido a tarefa histórica de preservar a natureza (indígenas, quilombolas, ribeirinhas, etc.).

Para as mulheres, esse problema é ainda mais grave, porque nós sim, somos vistas como natureza, entretanto, de uma maneira essencializada, que nos recoloca no lugar do serviço e da dominação, retirando-nos a condição de sujeito. Então para nós mulheres, esse desafio é ainda mais sensível e paradoxal. Trata-se de reconhecer que, como todo ser vivo, somos constitutivas da natureza, mas não nos tatuar como um dado dessa natureza. Somos seres de criação e transformação, de nós mesmas, da natureza e das outras pessoas.

Por outro lado, a perspectiva mercantilista que engendra o modelo de desenvolvimento, e que constrói um padrão de consumo ilimitado e desigual, ressignifica o lugar de nós mulheres, para ditar um perfil de consumo como indicador daquilo que nos dá significados, mas também que nos transforma em mais um objeto de consumo. Nos parece que aqui está dado mais um desafio, o de ressituar o consumo, não mais como o padrão de todas as coisas, e o de denunciar a mercantilização do corpo das mulheres como mais um instrumento do capital.

Por fim, é preciso avançar, reconhecendo em nós mulheres, com as particularidades de nosso estar no mundo, as que mais sofrem com os impactos intensos das injustiças socioambientais, mas desnaturalizando-o, bem como a suas razões, para perceber que esse processo é produto da sua intersecção com a raça e a classe, principalmente, para não perder de vista as sutilezas das desigualdades, mas avançar para além do diagnóstico dos impactos... somos as que mais sofrem, sim, mas isso não nos basta, isso não nos explica, isso não pode nos condenar à paralisia da perplexidade.

Já e desde sempre resistimos. Já e desde sempre transformamos resignação em indignação. Já e desde sempre empunhamos bandeiras e

reivindicamos uma sociedade ambientalmente sustentável e socialmente equilibrada... um mundo que não insista em nos deixar de lado...

REFERÊNCIAS

Análise da Seguridade Social 2008. / Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. Brasília: ANFIP, 2009.

FASE – Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional/ Programa Nacional Direito à Cidade (orgs.). **Cidades, Gênero e Mudanças Climáticas.** Rio de Janeiro: FASE, 2010.

FROTA, Henrique Botelho e MEIRELES, Antonio Jeovah de Andrade. **A Justiça Ambiental como paradigma para as políticas de desenvolvimento urbano no Brasil.** Disponível em http://www.conpedi.org/anais_brasilia.html em 20.10.2010

HERCULANO, Seleno. **O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental.** Disponível em http://www.interfacehs.sp.senac.br/br/artigos.asp?ed=6&cod_artigo=131 em 20.05.2010

PACHECO, Tânia. **Racismo Ambiental: expropriação do território e negação da cidadania.** Disponível em <http://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/tania-pacheco/racismo-ambiental-expropriacao-do-territorio-e-negacao-da-cidadania/> em 20.05.2010

Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) /Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, - ed. Rev. - Brasília: SEDH/PR, 2010 CDU 341.231.14 (Decreto nº7,037 de 21.12.2009)



SOBRE O SOS CORPO

O SOS CORPO – Instituto Feminista Para a Democracia é uma organização da sociedade civil, autônoma, sem fins lucrativos, fundada em 1981, com sede na cidade do Recife – Pernambuco, no Nordeste do Brasil. Propõe-se a contribuir para a democratização da sociedade brasileira através da promoção da igualdade de gênero com justiça social. A ação do SOS Corpo tem como fundamento a ideia de que os movimentos de mulheres, como movimentos sociais organizados que lutam pela transformação social, são sujeitos políticos que provocam mudanças nas condições de vida das mulheres em geral. Para o SOS Corpo, a luta contra a pobreza, o racismo e a homofobia são dimensões fundamentais do feminismo da transformação social para o enfrentamento do sistema capitalista e patriarcal, produtor de desigualdades e sofrimento humano.